

Caixa. O banco que combina comigo.



**caixa**

Relatório & Contas

**2010**

Caixa Económica de Cabo Verde



ORGÃOS SOCIAIS	5
DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL	9
CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	15
PRINCIPAIS INDICADORES	21
CONSIDERAÇÕES GERAIS	25
• Enquadramento das Actividades	27
• Principais aspectos institucionais	32
SÍNTESE DA ACTIVIDADE	35
ACTIVIDADE BANCÁRIA	41
• Depósitos	43
• Créditos	45
• Crédito e Juros Vencido	49
• Aplicações Financeiras	49
OUTRAS ACTIVIDADES	53
• Recursos Humanos	55
• Gestão de Riscos	60
• Recursos Tecnológicos e Informáticos	61
• Organizações e Qualidade	62
• Instalações	64
• Marketing	64
• Novos Canais Electrónico	64
• Relações com Emigrantes	66
• Relações Internacionais	66
• Actividades no Âmbito de Responsabilidade Social	67



ANÁLISE DA RENDIBILIDADE	71
• Resultado do Exercício	73
• Rendibilidade e Eficiência	76
• Rácios Prudenciais	76
• Provisões e Imparidade	77
• Crédito e Juros Vencidos	78
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	81
NOTAS FINAIS	85
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	90
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	95
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	143
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	147





ÓRGÃOS SOCIAIS





#### Mesa da Assembleia Geral

---

Presidente	Marcos Fortunato Oliveira (INPS)
Vice-Presidente	António Manuel Santos Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (INPS)
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

#### Conselho de Administração

---

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (INPS)
Vice-Presidente	Diogo Campos Barradas De Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes (INPS)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos (CCV)
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Paulino Baptista Dias Jesus (Junho)
Vogal	Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (IMPAR)

#### Conselho Fiscal

---

Presidente	Eunice da Graça da Luz (CCV)
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro (IMPAR)
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos (INPS)

#### Comissão Executiva

---

Presidente	Emanuel Jesus Veiga Miranda
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos
Vogal	Paulino Baptista Dias Jesus (Junho)





DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL



Direcção Financeira e Internacional	Emanuel Gomes Director
Direcção de Informática e Comunicações	Jorge Lima Director
Direcção Comercial Norte	Manuel Almeida Director
Direcção Comercial Sul	Maria Júlia Ferreira Directora
Direcção Administrativa e Recursos Humanos	Ricardina Andrade Directora
Direcção Operacional	Manuel Júnior Director
Direcção de Gestão de Risco	João Carlos Lopes Director
Gabinete de Acompanhamento de Crédito	Emanuel Semedo Coordenador
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Pina Coordenadora
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Cardoso Coordenadora
Gabinete de Marketing	Helder da Luz Coordenador
Gabinete de Organização, Estudos e Projectos	Célia Santos Coordenadora
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Vera Lima Coordenadora
Gabinete de Função Compliance	Ariana Ribeiro Coordenadora
Gabinete de Secretariado e Relações Públicas	Aldevina Vieira Coordenadora

Agência de Assomada	Arlindo Melo Gerente
Agência Achada de Santo António	Amílcar Almeida (Denise Santos-Até Outubro) Gerente
Agência da Fazenda	Denise Santos (Tatiana Barbosa - até Julho) Gerente
Agência do Plateau	Katia Antunes Gerente
Agência dos Espargos	Júlia Maria dos Santos Gerente
Agência de Santa Maria	Carla Carvalhal Gerente
Agência do Aeroporto Amílcar Cabral (Sal)	Júlia Maria dos Santos Gerente
Agência de Mindelo	Águeda da Graça Gerente
Agência de Monte Sossego	Alcídia Ramos Gerente
Agência da Ribeira Grande	Manuela Delgado Gerente
Agência de Palmarejo	Maria Manuela Garcia Gerente
Agência de S. Filipe (Fogo)	Mário Lúcio Vaz Gerente
Agência da Calheta de S. Miguel	Julião Rocha Semedo Gerente
Agência do Aeroporto da Praia	Katia Antunes Gerente
Agência do Sucupira	Denise Santos (Tatiana Barbosa - até Julho) Gerente

Agência de Achada S. Felipe (Praia)	Eurizandra Semedo <i>Sub-Gerente</i>
Agência do Tarrafal (Santiago)	Emiliano Costa <i>Gerente</i>
Agência de Fonte Cónego	Alcidia Ramos <i>Gerente</i>
Agência do Coculi	Manuela Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Paúl	Manuela Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Sal-Rei	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Santa Cruz	José Jorge Silva <i>Gerente</i>
Caixa Empresas	Tatiana Barbosa (Mario Fernandes - até Julho) <i>Gerente</i>
Agência dos Mosteiros	Mário Lúcio Vaz <i>Gerente</i>
Agência de Porto Novo	Armindo Luz <i>Gerente</i>
Agência do Maio	Carlos Martins <i>Gerente</i>
Agência de R <sup>a</sup> Brava	Jose Moreno <i>Gerente</i>
Agência Tarrafal (S.Nicolau)	Jose Moreno <i>Gerente</i>







## CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Estimados Accionistas, Clientes e Amigos,

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., não obstante os reflexos da crise financeira e económica mundial na economia Cabo-verdiana, conseguiu durante o exercício económico de 2010 prosseguir o seu percurso de afirmação e consolidação da sua posição no mercado, ao mesmo tempo que vem consolidando e fortalecendo a sua situação financeira e económica, tendo alcançado resultados globalmente satisfatórios que permitem perspectivar um crescimento robusto e equilibrado da sua actividade para o futuro.

Provam este desempenho o aumento dos Resultados Líquidos do exercício em 23% face a 2009, o crescimento em 5,4% dos Fundos Próprios e a manutenção do seu Rácio de Solvabilidade em 14%.

No respeitante às actividades, a Caixa viu o seu Activo Líquido registar um crescimento de 12%, para atingir os 36.729 mil contos, fruto, essencialmente, do crescimento de 14% verificado na Carteira de Crédito Bruto.

Os resultados alcançados, tanto no plano económico e financeiro, quanto no plano da actividade comercial, foram construídos no quadro do Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2009-2012, o qual definiu três objectivos: 1) Posicionar a Caixa como o melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos Clientes, rentabilidade financeira para os Accionistas, ambiente laboral para os Colaboradores, e relacionamento com a Comunidade; 2) Atingir uma quota de mercado combinada de 33,3% em créditos e depósitos; 3) Estender a cobertura territorial a todas as ilhas do país.

Para a prossecução dos objectivos acabados de referir, elegeu-se quatro eixos prioritários de intervenção: Qualidade, Inovação, Proximidade e Liderança.

No âmbito da execução do referido Plano Estratégico, e na sequência da nova Estrutura Orgânica implementada em 2009, cuja concepção obedeceu ao princípio de separação das actividades em áreas de negócios, riscos e de suporte operacional, prosseguiu-se com a criação das condições humanas, físicas, tecnológicas e institucionais com vista à materialização de todos os projectos que fazem parte da agenda do mandato em curso.

Neste âmbito, prosseguiu-se com a implementação do projecto “Uma Só Caixa”, nomeadamente, a componente Identidade Corporativa, mas também, com as obras da construção da Sede Social, cuja conclusão prevê-se para segundo semestre de 2011, uma infraestrutura que vai contribuir não só para elevação da imagem da Caixa, mas, sobretudo, para gerar enormes ganhos de eficiência,

Com a implementação paulatina dos projectos previstos no Plano Estratégico, considerando as perspectivas de alguma retoma da economia mundial e as previsões de crescimento económico para Cabo Verde para o próximo ano, aliados à abnegação e engajamento total que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, estamos, pois, confiantes de que a Caixa, em 2011, vai enfrentar com sucesso os desafios que se lhe colocam.

Estamos, pois, em crer que as medidas e acções materializadas em 2010 contribuíram para o reforço das condições básicas necessárias para o banco seguir o seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infraestruturas físicas e tecnológicas e aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos. Assim sendo, acreditamos que a Caixa vai poder reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, continuar a criar cada vez mais valor para os seus accionistas, trabalhadores e sociedade, a um nível que a todos satisfaça.

Para concluir, dirigimos palavras de agradecimento aos nossos Clientes pela sua preferência, aos Accionistas pela confiança depositada em nós, e, muito em especial, aos estimados Colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

  
Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda

  
Vice-Presidente- Diogo Campos Barradas De Lacerda Machado

  
Vogal- Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes

  
Vogal- Filinto Elísio dos Santos

  
Vogal- Luís Manuel Vélso de Almeida

  
Vogal- Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes





## PRINCIPAIS INDICADORES





Indicadores	Unidades	2009*	2010
<b>1. Dimensão</b>			
- Activo Líquido	Mil contos	32.854,5	36.729,2
Variação	%	8,2	11,8
- Recursos Próprios (Capital+Reservas+Resultados)	Mil contos	3.222,5	3.325,8
- Crédito s/ Clientes (Líquido)	Mil contos	24.770,1	28.308,8
- Débito p/ c/ Clientes	Mil contos	28.113,6	31.911,4
- Trabalhadores		248,0	260,0
- Agências e outras formas de Representação	Unidades	35,0	35,0
- Agências	Unidades	29,0	29,0
- Delegações nos Correios	Unidades	6,0	4,0
<b>2. Rendibilidade</b>			
- Resultados Líquidos do Exercício	Mil contos	307,7	378,9
- Cash Flow do Exercício	Mil contos	818,6	961,9
- ROA (Resultado Liq/Activo Liq Médio)	%	0,97	1,09
- ROE (Resultado Liq/Capitais Próprios Médios)	%	11,8	11,6
<b>3. Prudenciais</b>			
- Fundos Próprios (Aviso BCV)	Mil contos	3.077.174	3.244.527
- Rácio de Solvabilidade (Aviso BCV)	%	14,1	13,6
- Rácio do Imobilizado Liq (Imobilizado Liq./F.Próprios)	%	266,1	227,1
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	15,0	13,1
- Provisões Créd Vencido/Créd Vencido	%	42,8	50,7
<b>4. Funcionamento</b>			
- Custos Operativos/Prod Banc (cost to income)	%	60,4	54,8
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	8081,2	8268,0
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	Contos	3483,2	3787,0
- Cash Flow/ Recursos Próprios Médio	%	31,3	29,4
- Cash Flow/ Activo Líquido Médio	%	2,6	2,8

\* com alterações em relação ao relatório de 2009, em virtude da reclassificação dos Juros recuperados para Margem Fianaceira.





## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS



No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2010.

## 1.1. Enquadramento das actividades

### 1.1.1. Conjuntura Internacional

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o restabelecimento da actividade económica global, que se iniciou no 2º semestre de 2009, fortaleceu-se na primeira metade de 2010. Porém, a estabilidade financeira internacional sofreu um revés em consequência da turbulência registada no mercado da dívida soberana no segundo trimestre de 2010. O ritmo da recuperação diferiu substancialmente entre as regiões, com os países emergentes da Ásia e da América Latina a demonstrarem uma dinâmica de crescimento muito mais forte que os países avançados.

Neste âmbito, persiste um elevado grau de incerteza acerca da sustentabilidade da recuperação mundial, particularmente relacionada com a degradação das finanças públicas, em especial nos países avançados, e com a fragilidade reinante nos sistemas financeiros. Neste panorama, o Fundo projecta o crescimento global em 4,8% para o final de 2010.

De acordo com a mesma fonte, o crescimento económico global, em termos reais, no primeiro semestre, foi de 5,2%, justificado pela transmissão à actividade económica das agressivas políticas anti-cíclicas, monetária e orçamental, seguidas pelos grandes blocos económicos. A recuperação da economia mundial da crise tem sido liderada pelas economias emergentes e países em vias de desenvolvimento, que cresceram em termos reais 8,1% no período. A restauração da confiança na indústria e o crescimento do emprego, nesses países, estão na base do desenvolvimento da actividade industrial (que cresceu 15% no período, em termos homólogos) e da recuperação do comércio global.

No conjunto da Área do Euro, o ritmo de recuperação tem sido moderado e heterogéneo, tendo verificado um crescimento, em termos reais, de 0,3% no primeiro trimestre e de 1% no segundo trimestre. A Alemanha tem sido o impulsor de crescimento da região,

explicado fortemente pela procura externa. O mercado de trabalho tem observado uma desfavorável evolução, tendo a taxa de desemprego atingido os 10,1% da população activa em Setembro (0,2 pontos percentuais acima do valor do início do ano). Nesse contexto, o consumo privado tem permanecido fraco.

No que toca aos EUA, a actividade económica apresenta um perfil de recuperação após forte retraimento na primeira metade de 2009, crescendo 3,7% no primeiro trimestre e 1,7% no 2º trimestre. Tal crescimento é justificado, particularmente, pelos investimentos que cresceram 27%, em termos médios, no 1º semestre. No entanto, o consumo privado tem recuperado lentamente.

Abarcando o segundo semestre, constata-se um abrandamento do ritmo de recuperação económica global, em linha com a retirada dos estímulos orçamentais e monetários, no caso de alguns países emergentes.

Nos EUA, o Federal Reserve implementou um novo programa de *quantitative easing* para atenuar a desaceleração da economia com o término de um conjunto de programas de estímulos orçamentais, bem como com o término do ciclo de recomposição dos *stocks*. A evolução moderada dos preços (1,1% em termos anuais, em Setembro) sustentou essa nova vaga de estímulos monetários.

Na Área Euro, para corrigir o excesso de défice e de dívida pública relativamente aos níveis estabelecidos no Pacto de Estabilidade até 2013, é determinante o esforço da consolidação orçamental, especialmente para a Grécia, Espanha, Itália, Portugal e Irlanda, podendo, a curto prazo, resultar em contracções do produto e do emprego.

Nos mercados emergentes, o sobreaquecimento da economia e a consequente evolução dos preços têm pressionado as autoridades para retirarem os estímulos monetários. Em particular, a China aumentou o coeficiente das reservas obrigatórias e anunciou a flexibilização do yuan. Igualmente, o Brasil apertou as condições monetárias para fazer face à pressão inflacionista.

No mercado cambial, a turbulência registada a partir do 2º trimestre, relacionada com a instabilidade no mercado da dívida soberana, penalizou significativamente o Euro. Em termos nominais efectivos, o euro depreciou-se 8,4% de finais de 2009 a meados de

Setembro de 2010. Face ao dólar, a depreciação da moeda única europeia foi ainda mais pronunciada (9,2%, no período). Contudo, no terceiro trimestre, a desaceleração da economia americana afectou negativamente a evolução do dólar - moeda típica de reserva - favorecendo alguma volatilidade nos preços dos *commodities*.

Ao longo do semestre, os preços das matérias-primas acompanharam os fortes ganhos da fase inicial da recuperação. Estes ganhos reflectiram, de acordo com o FMI, a combinação de uma procura forte por parte dos mercados emergentes e em vias de desenvolvimento e baixos *stocks*, no caso de algumas matérias-primas, nomeadamente de produtos alimentares.

A acrescida aversão ao risco, resultante da volatilidade cambial e da instabilidade dos *stocks markets*, explica a valorização sustentada dos metais preciosos no período (28,6% em termos homólogos).

### 1.1.2. Conjuntura Nacional

De acordo com o Banco de Cabo Verde<sup>1</sup>, constata-se uma melhoria da actividade económica nacional ao longo dos primeiros 9 meses do ano, consistente com alguma recuperação dos principais parceiros. No entanto, o indicador de clima económico produzido pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) apresentou um perfil ascendente ao longo do primeiro semestre, tendo no 3º trimestre invertido a tendência. A evolução económica favorável observada em 2010 é justificada pela ténue recuperação da confiança dos agentes no comércio e nos transportes, a evolução francamente positiva dos indicadores para a indústria, a estabilização do índice da construção e um contributo positivo da agricultura, nomeadamente pelos investimentos que vêm sendo realizados no sector.

Os indicadores de consumo e de formação bruta de capital fixo produzidos pelo Banco de Cabo Verde confirmam o perfil de recuperação da actividade económica.

As estatísticas da balança de pagamentos observaram algum entusiasmo no período. As receitas do turismo cresceram cerca de 3%, depois de terem diminuído 20% em 2009. O

---

<sup>1</sup> Relatório de Política Monetária do BCV, Novembro de 2010

investimento externo continua a decrescer e as remessas de emigrantes apresentaram um ligeiro decréscimo, relativamente a 2009.

Acompanhando a execução do programa de investimento público, observa-se um crescimento das importações na ordem dos 10%, nos primeiros 9 meses de 2010. A melhoria nas contas externas possibilitou a redução das necessidades de financiamento do país em 2,5 %.

Os indicadores orçamentais evidenciam uma deterioração das contas públicas, tendo o saldo orçamental aumentado para 6,8% do PIB em Setembro, reflexo da política orçamental anti-cíclica em curso, num contexto em que a actividade económica recupera modestamente.

Os fluxos da dívida externa de longo prazo, um dos principais veículos do financiamento da política de investimentos públicos, ostentaram um acréscimo relativamente ao período homólogo, passando a dívida efectiva externa a representar cerca de 55% do PIB e o *stock* da dívida total do Governo Central, 71% do PIB.

Relativamente às contas monetárias, de acordo com o BCV, o ritmo de expansão da oferta de moeda aumentou ao longo do ano, impulsionado pelo aumento do crédito à economia e das disponibilidades líquidas sobre o exterior.

A inflação manteve-se moderada ao longo do ano, fixando-se a taxa média em Setembro nos 0,9%, acompanhando a dinâmica da procura e o impacto do bom ano agrícola na evolução do índice de preços no consumidor (IPC).

A manutenção das taxas de inflação num nível baixo suportou a política monetária seguida no início do ano, designadamente, a redução da taxa de juro directora do banco central.

Além de estimular a recuperação da actividade económica, a política monetária do Banco de Cabo Verde, nos últimos seis meses, esteve orientada para os objectivos de estabilização das reservas internacionais e do ajustamento do excesso estrutural de liquidez do mercado financeiro.



As perspectivas económicas mantêm-se muito condicionadas às repercussões das finanças públicas. Neste quadro prevê-se o crescimento real do PIB no intervalo de variação 4-5% para 2010 e para 2011.

A inflação deverá situar-se no intervalo 1,6% a 2,1% em 2010.

No programa monetário prevê-se que o crédito à economia cresça cerca de 9% em 2010, enquanto as disponibilidades líquidas sobre exterior devem manter o perfil ascendente.

#### Quadro II - Indicadores da Economia Cabo-Verdiana

	2010 (Previsão)
PIB (variação real)	4,0 - 5,0
Consumo Privado	2,5
Consumo Público	5,3
Exportações	1,2
Importações	0,2
IPC (taxa variação média)	1,6 - 2,1
Crédito Interno Total (variação real)	7,7
M2 (variação real)	6,7

Fonte: BCV

#### 1.1.3. Sector Financeiro

O sistema financeiro caboverdiano tem registado um desenvolvimento notório, fruto das transformações conduzidas, quer pelas entidades reguladoras e supervisoras do sistema financeiro, quer pela própria banca, em resposta à necessidade de se adoptar técnicas e instrumentos modernos de gestão essenciais para a obtenção de resultados satisfatórios no contexto cada vez mais concorrencial. Prova disso é entrada no mercado, em Outubro último, de mais um Banco - o Novo Banco, com capital maioritariamente público.

## 1.2 Principais Aspectos Institucionais

Em termos de estrutura accionista da instituição, em 31 de Dezembro 2010, o seu Capital Social estava distribuído conforme evidenciado no quadro abaixo, reflectindo ligeira alteração em relação a 2009:

**Quadro III – Estrutura Accionista**

Accionistas	31-12-2009		31-12-2010	
	Nº Acções	%	Nº Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%	447.958	32,2%
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	381.904	27,4%	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%	210.749	15,1%
Impar - Companhia Caboverdiana Seguros	157.682	11,3%	168.032	12,1%
Outros subscritores e trabalhadores	193.707	13,9%	183.357	13,2%
Total	1.392.000	100,0%	1.392.000	100,0%

A cotação das Acções tem sido bastante estável. Durante o ano de 2010 a cotação situou-se nos 2.585\$00 por Acção, com excepção de Janeiro em que fechou a 2.435\$00. Este valor é no entanto superior aos 2.250\$00 registados em Dezembro de 2009.







## 2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE



O desempenho da CAIXA em 2010 foi positivo, com o montante de depósitos a ultrapassar o previsto, apesar do crescimento dos créditos e dos Resultados Brutos Operacionais (antes das Provisões) terem ficado ligeiramente abaixo do objectivo prenunciado.

No que se refere à rede comercial, a CAIXA manteve o mesmo número de agências que em 2009.

Os Depósitos, de Clientes e IC's, atingiram os 32.006.066 contos, exibindo um crescimento de 4.317.960 contos (15,6%) em relação a Dezembro de 2009, situando-se a 816.017 contos (23,3%) acima do orçado.

O Crédito Bruto a Clientes, exceptuando os Títulos, alcançou os 26.415.219 contos, o que demonstrou um crescimento de 3.263.025 contos (14,09%), comparativamente a Dezembro de 2009.

O Activo Líquido alcançou os 36.729.205 contos em Dezembro de 2010, expondo um crescimento de 3.874.693 contos (11,8%), relativamente ao período homólogo, justificado essencialmente pelo Crédito Líquido a Clientes, incluindo os Títulos, que registou um crescimento de 3.538.759 contos (14,29%). No que toca as Imobilizações não Financeiras, este atingiu um crescimento de 183.367 contos (15,8%) em virtude das Imobilizações em Curso, sobretudo pelas obras em curso (edifício da sede nacional, agências da Boavista e Assomada). De realçar, igualmente, o aumento de 58.473 contos (134,5%) registado na rubrica Investimentos em participadas e associadas, explicado sobretudo pela participação da CAIXA com 20% (60.000 contos) no Capital Social do Novo Banco e pelo ajustamento do Capital Próprio da SISP e da Imotur. O saldo das Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito, por seu turno, observou um crescimento de 33.569 contos (0,5%).

O Passivo cresceu 3.771.366 contos (12,7%), atingindo os 33.403.425 contos em Dezembro de 2010. Tal é explicado pelo aumento de 3.797.792 contos (13,5%) nos Recursos de Clientes<sup>2</sup>, apesar do decréscimo de 48.978 contos (-4,4%) ocorrido nos Recursos de Instituições de Crédito, em vitude da Linha de Crédito da AFD que se encontra em fase de amortização.

---

<sup>2</sup> Inclui Depósitos, Empréstimos, Outros Recursos de Clientes e Encargos a Pagar;

O Resultado Líquido do Exercício, que em Dezembro de 2009 tinha registado os 307.653 contos, atingiu em Dezembro de 2010 os 378.943 contos, demonstrando um acréscimo de 71.289 contos (23,2%). Consequentemente, a Rendibilidade do Activo (ROA), indicador da eficácia da Instituição, passou de 0,97 %, em 2009 para 1,09%, em 2010, sendo que a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) manteve-se ao mesmo nível do ano anterior, passando de 11,8% para 11,6%.

O Rácio de Solvabilidade, por seu lado, atingiu em Dezembro de 2010 os 13,56% e o Limite de Concentração de Riscos alcançou 811.132 contos.

No que concerne à cobertura dos Créditos Vencidos por Provisões, o mesmo alcançou 50,7% em Dezembro de 2010, comprovando um acréscimo de 7,85% em relação ao período homólogo.

A qualidade da carteira de crédito medida pelo rácio de Crédito Vencido observou, igualmente, uma melhoria em relação a 2009, tendo passado de 15% para 13% em 2010. Se analisarmos o Indicador de Qualidade de Crédito em Incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total), em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, constata-se que sofreu uma ligeira degradação, passando de 5,1% em 2009 para 5,6% em 2010.









### 3. ACTIVIDADE BANCÁRIA

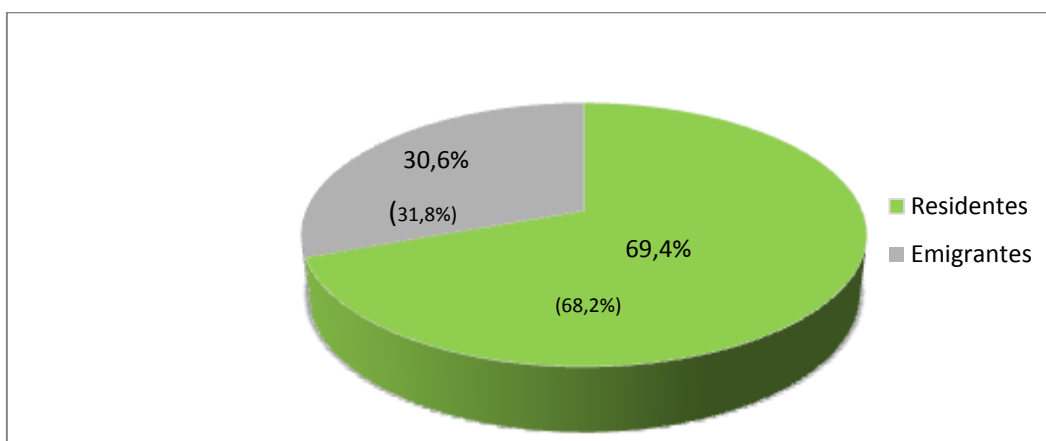


### 3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais (Depósitos de clientes, Instituições Financeiras e Títulos), que em 2009 ascenderam aos 27.948.040 contos, acumularam em 2010 os 32.014.416 contos, ostentando um crescimento de 4.066.376 contos (14,55%) em relação a 2009 e um desvio de 553.433 contos (1,76%) acima do orçado.

Do total registado em 2010, o Depósito dos residentes deteve um peso de 69,4% e o dos Emigrantes, 30,6%

Gráfico I - Depósitos Emigrantes e Residentes 2010



**Nota:** Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2009

Os Depósitos de Residentes, que em 2009 registavam 19.066.572 contos, atingiram os 22.225.162 contos em 2010, demonstrando um crescimento de 3.158.589 contos (16,6%). Aqui destaca-se o crescimento ocorrido no Depósito à Ordem, no valor de 2.005.910 contos (18,4%), tendo passado de 10.926.946 contos em 2009 para 12.932.856 contos em 2010. O Depósito a Prazo, por seu lado, registou um acréscimo de 1.404.263 contos (17,8%), passando de 7.879.692 contos em 2009 para 9.283.956 contos em 2010.

Os Depósitos de Emigrantes assinalaram um incremento de 907.787 contos (10,2%) relativamente a 2009, tendo passado de 8.881.468 contos para 9.789.255 contos. Esse crescimento espelha alguma estabilização no mercado de trabalho dos principais países de acolhimento dos emigrantes, bem como a estratégia da CAIXA em se

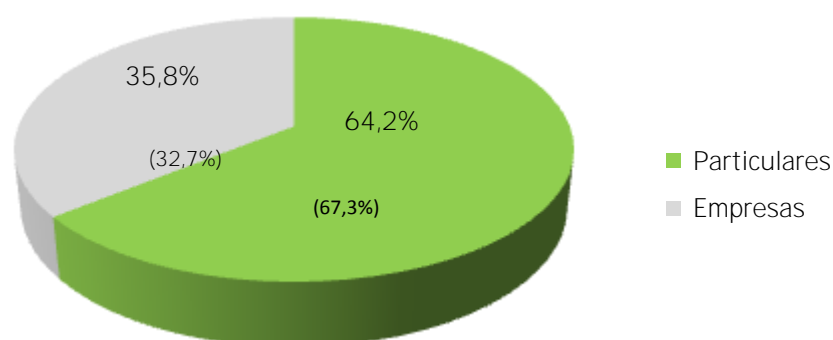
aproximar mais dos emigrantes, com realização de encontros nos países de acolhimento. Nessa rubrica o Depósito a Prazo verificou um crescimento de 770.273 contos (10,5%), enquanto que o Depósito à Ordem registou um incremento de 137.514 contos (9,0%).

#### Quadro IV - Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (Contos)

Designação	31-Dez-09		31-Dez-10		Crescimento 2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	19.066.572	68,2%	22.225.162	69,4%	3.158.589	16,6%
Depósito à Ordem	10.926.946	57,3%	12.932.856	58,2%	2.005.910	18,4%
Depósito a Prazo	7.879.692	41,3%	9.283.956	41,8%	1.404.263	17,8%
Bilhetes Tesouro	259.934	1,4%	8.350	0,0%	-251.584	-96,8%
Emigrantes	8.881.468	31,8%	9.789.255	30,6%	907.787	10,2%
Depósito à Ordem	1.526.164	17,2%	1.663.677	17,0%	137.514	9,0%
Depósito a Prazo	7.355.304	82,8%	8.125.577	83,0%	770.273	10,5%
Depósitos Totais	27.948.040	100,0%	32.014.416	100,0%	4.066.376	14,5%

Analisando os Depósitos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total, apesar de ter decrescido ligeiramente, passando de 67,3% para 64,2%. As Empresas, por seu lado, verificam um ligeiro aumento na sua quota-parte, tendo passado de 32,7% para 35,8%.

#### Gráfico II - Depósitos por Tipo de Cliente - 2010



**Nota:** Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2009

Os Depósitos das Empresas, incluindo os Títulos, passaram de 9.141.665 contos em 2009 para 11.476.893 contos em 2010, tendo verificado um incremento de 2.335.228 contos (25,54%). Os Depósitos dos Particulares cresceram 1.731.148 contos (9,21%), tendo passado de 18.806.375 contos para 20.537.523 contos.

#### Quadro V - Depósitos das Empresas e dos Particulares

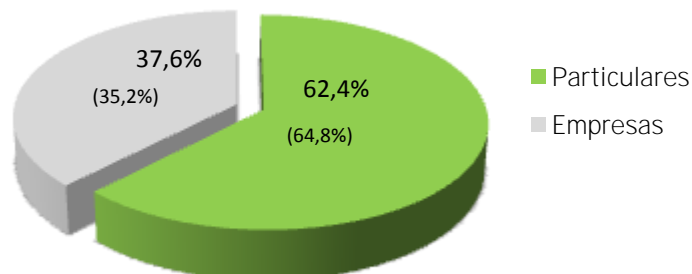
Depósitos	31-Dez-09		31-Dez-10		Crescimento 2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	18.806.375	67,3%	20.537.523	64,2%	1.731.148	9,21%
Empresas	9.141.665	32,7%	11.476.893	35,8%	2.335.228	25,54%
Total	27.948.040	100,0%	32.014.416	100,0%	4.066.376	14,55%

### 3.2. Créditos

No que concerne ao Crédito, a CAIXA registou um favorável crescimento em 2010, não obstante ter ficado ligeiramente aquém do orçado. O Crédito Bruto (excluindo os Títulos Tesouro, as despesas de crédito vencido e juros diferidos), que em 2009 tinha registado o total de 24.357.558 contos, acumulou 27.955.188 contos, em 2010, exibindo um crescimento de 3.597.630 contos (14,77%).

O Crédito às Empresas, incluindo as obrigações das empresas, representou em 2010 37,6% da Carteira de Crédito, contra 35,2% verificado em 2009, enquanto a parte do Crédito a Particulares no Total constatou um ligeiro decréscimo, tendo passado de 64,8%, em 2009, para 62,4%, em 2010.

Gráfico III - Crédito Empresas e Particulares - 2010



**Nota:** Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2009

O Crédito às Empresas cresceu 22,45% (1.925.981 contos), contrastando o decréscimo de 6,52% ocorrido em 2009. Tal acréscimo justifica-se pelo incremento de 42,46% (2.266.610 contos) ocorrido no Crédito Investimento, não obstante o decréscimo de 10,52% no Crédito à Tesouraria (-340.628 contos).

O Crédito a Particulares, por sua vez, registou um crescimento de apenas 10,59% (1.671.648 contos) contra os 28,7% obtidos em 2009. O Crédito Habitação cresceu 2,04% (190.615 contos), atingindo os 9.519.511 contos, enquanto o crédito para Outros Fins observou um aumento de 22,96% (1.481.033 contos), chegando aos 7.932.013 contos.



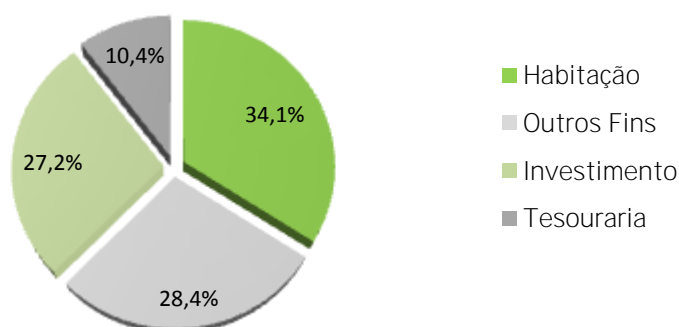
### Quadro VI - Evolução do Crédito Bruto (Contos)

Créditos	31-Dez-09		31-Dez-10		Crescimento 2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	15.779.876	64,80%	17.451.524	62,40%	1.671.648	10,59%
Habitação	9.328.896	59,10%	9.519.511	54,50%	190.615	2,04%
Outros Fins	6.450.980	40,90%	7.932.013	45,50%	1.481.033	22,96%
Empresas	8.577.682	35,20%	10.503.664	37,60%	1.925.981	22,45%
Investimento	5.338.250	62,20%	7.604.859	72,40%	2.266.610	42,46%
Tesouraria	3.239.432	37,80%	2.898.804	27,60%	-340.628	-10,52%
Total Créditos	24.357.558	100,00%	27.955.188	100,00%	3.597.630	14,77%

O Crédito à Habitação continua a ser o crédito com maior participação na carteira de crédito da CAIXA, detendo cerca 34,1%, não obstante ter reduzido o peso detido em 2009 (35,3%). Segue-se o Crédito para Outros Fins, com uma quota de 28,4%, contra os 29,5% detidos em 2009. O Crédito Investimento alcançou 27,2%, verificando um acréscimo em relação a 2009 (detinha 21,9%), enquanto o Crédito à Tesouraria registou uma quota de 10,4%, contra os 13,3% detidos em 2009.

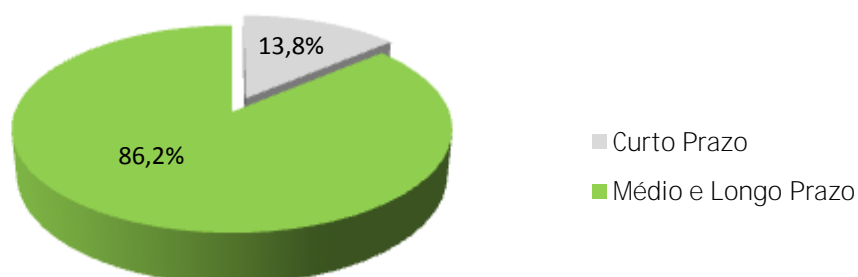
O Crédito Habitação cresceu a uma taxa moderada (2,04%) em 2010, inferior a 2009 (15,96%), em virtude das outras Instituições de Crédito na praça terem antecipado a reformulação do Crédito Habitação com taxas de juros inferiores aos praticados pela CAIXA. No entanto, a CAIXA pensa poder contrariar a tendência, com a entrada em vigor do novo pacote de Crédito Habitação, em Dezembro último.

Gráfico IV - Crédito por Finalidade - 2010



Abarcando a análise à distribuição do crédito em situação normal por maturidade, constatamos que o crédito de médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) representou 86,2% do total, em 2010, contra os 86,7% detidos no final de 2009, enquanto o crédito normal de curto prazo passou de 13,3% do total para 13,8%.

Gráfico V - Crédito Normal Por Prazo 2010



Em Dezembro de 2010, o Crédito de Curto Prazo acumulou 3.381.504 contos, assinalando um incremento de 612.186 contos (22,11%), contra os 894.420 contos (32,30%) obtido em 2009. O Crédito de Médio e Longo Prazo registou, igualmente em 2010, 21.106.000 contos, exaltando um crescimento de 2.985.268 contos (16,47%), maior que o observado em 2009 (12,72%).

### Quadro VII - Evolução de Crédito Normal por Prazos (Contos)

Crédito	31-Dez-09		31-Dez-10		Variação	
	valor	%	valor	%	Valor	%
Curto Prazo	2.769.317	13,3%	3.381.504	13,8%	612.186	22,1%
Médio e Longo Prazo	18.120.732	86,7%	21.106.000	86,2%	2.985.268	16,5%
Total Créditos	20.890.049	100,0%	24.487.504	100,0%	3.597.455	17,2%

### 3.3 Crédito e Juros Vencidos

Em Dezembro de 2010, o valor do Crédito e Juros Vencidos (excluindo as despesas de crédito vencido) registou 3.467.684 contos, contra 3.467.508 contos em 2009, o que representa um acréscimo de 0,01%, justificado pelo acréscimo de 9,75% no segmento empresas, apesar do decréscimo de 6,74% decorrido no segmento particulares.

O segmento de particulares registou um rácio de crédito vencido (14,23%) superior ao do segmento das empresas (10,98%).

O rácio (Crédito Vencido/ Crédito Total) passou de 14,98%, em 2009, para 13,13%, evidenciando uma melhoria de 1,85 pontos percentuais. Por sua vez, o indicador de avaliação da qualidade da carteira de crédito em incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total), que no final de 2009 era de 5,1%, passou para 5,6%.

O rácio de Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos verificou um acréscimo, tendo passado de 42,8% para 50,68%, espelhando uma melhoria na qualidade da carteira de crédito.

### 3.4 Aplicações Financeiras

No quadro das orientações estratégicas, a gestão financeira pautou, durante o exercício 2010, por acções que visam a diversificação de fontes de financiamento, o reforço do peso do *funding* de médio e longo prazo, a melhoria da rentabilidade dos capitais próprios e o reforço da liquidez da instituição.

A diversificação de fontes de financiamento aparece como um imperativo perante o grande peso dos depósitos na estrutura patrimonial da instituição e no financiamento do activo financeiro, sobretudo porque os depósitos apresentem maturidades de curto prazo em contraste com os prazos médios e longos dos activos financeiros.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído uma alternativa aos bancos no financiamento da economia e tem levado as instituições financeiras a se adaptarem para melhor aproveitarem as oportunidades derivadas da dinâmica apresentada por aquela instituição.

Registou-se em 2010 um crescimento relativamente a 2009 do número de títulos emitidos via Bolsa de Valores no segmento Obrigações, em que se registaram lançamentos de várias Ofertas Publicas de Subscrição (OPS), com uma capitalização total de 3,582 milhões de contos.

De realçar que a CAIXA foi o líder de colocação das Obrigações da IFH, tendo optado pela tomada firme de 50% da emissão e por assegurar a colocação da totalidade dos títulos.

A CAIXA enquanto correctora continuou neste ano de 2010 com uma participação bastante activa no mercado primário e no secundário. No primário foram negociados, através dos balcões da CAIXA, cerca de 443 mil contos e, no secundário, 193 mil contos.







## 4. OUTRAS ACTIVIDADES





## 4.1 Recursos Humanos

A gestão dos Recursos Humanos constitui um dos pilares fulcrais para a excelência do serviço prestado aos clientes, para o funcionamento eficiente da CAIXA e para o desenvolvimento sustentável da própria instituição.

O desenvolvimento das capacidades e competências dos Colaboradores e a criação de melhores condições de equilíbrio entre a sua vida profissional e a vida pessoal continuam a ser os eixos estratégicos da CAIXA na gestão de Recursos Humanos.

A política de Recursos Humanos é baseada nos pilares dos valores e cultura da empresa, do conhecimento, da comunicação e do desempenho. Nesta frente, surge a aspiração de desenvolver uma cultura organizacional mais orientada para desempenho e melhoria da produtividade dos Recursos Humanos, sempre no quadro da harmonia laboral.

As políticas e medidas de responsabilidade social da CAIXA encontram fundamento numa cultura forte, assente nos mais elevados padrões éticos: o rigor, a qualidade e a confiança.

### 4.1.1. Caracterização dos Efectivos

No final de 2010 a CAIXA empregava 263 Colaboradores, dos quais 79% (207) eram efectivos e 20% (53) contratados a termo e 1% (3) de licença de longa duração.

Dos colaboradores, 143 são mulheres e 120 são homens. A média de idade situava-se nos 36 anos. No que tange a qualificações, 56% dos colaboradores têm formação superior.

De 2008 a 2010, o crescimento global do efectivo foi de 18%, sendo a repartição por género representada pelo gráfico subsequente:

Gráfico VI - Evolução do Efectivo - 2008 a 2010

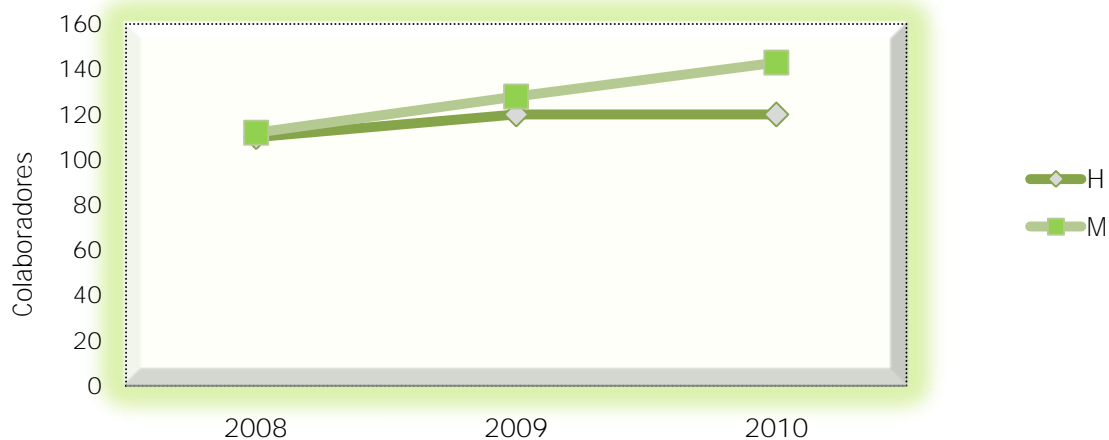


Gráfico VII - N.º de Colaboradores por Função e género (2010)

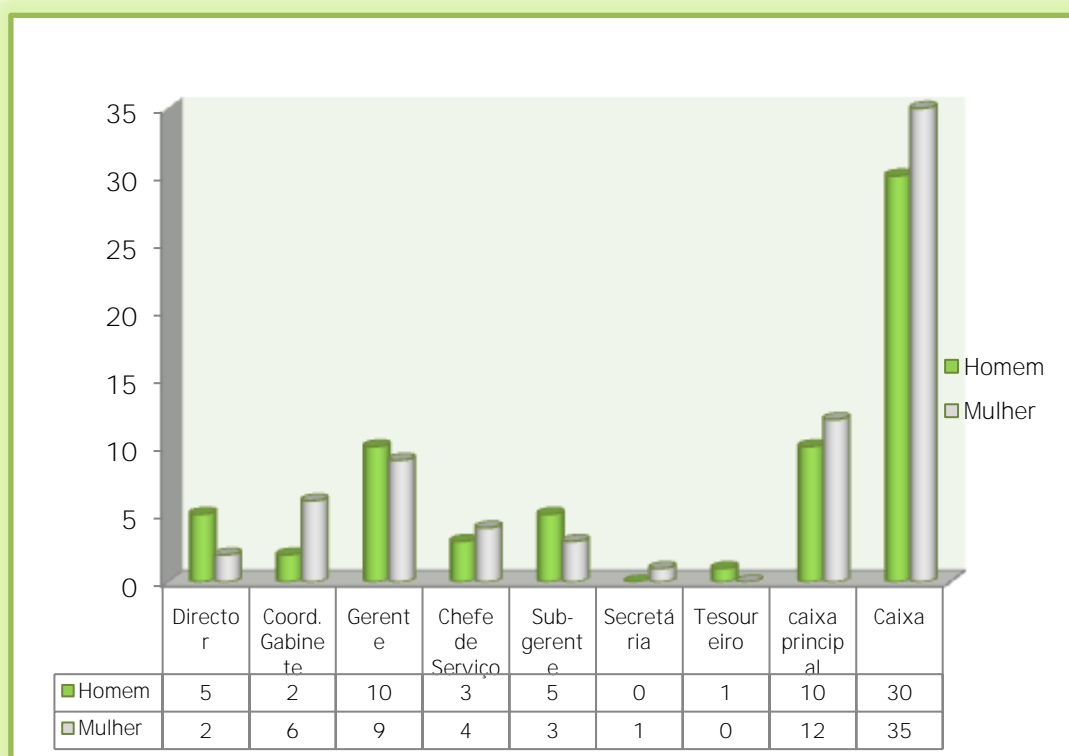
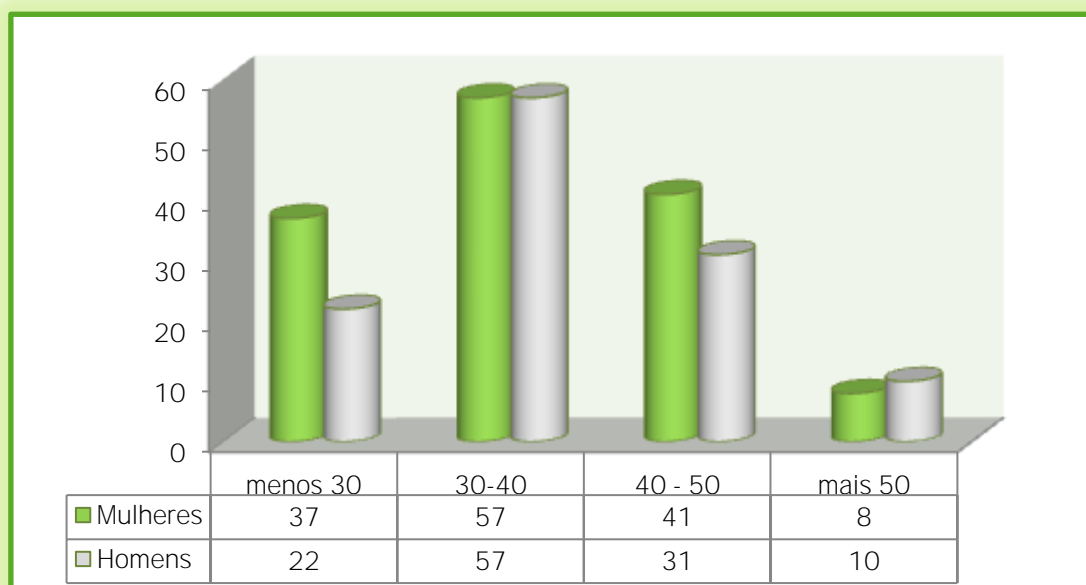


Gráfico VIII - N.º de Colaboradores por faixa etária e género - 2010



#### 4.1.2. Formação e Desenvolvimento

No conjunto dos programas de formação realizados em 2010, a CAIXA deu continuidade a uma estratégia de gestão do conhecimento, orientada para o desenvolvimento do talento dos colaboradores, de acordo com as suas funções e potencial, com vista ao incremento da mobilidade interna.

O modelo de formação estabelecido para o triénio 2008/2012 foi delineado com base em objectivos estratégicos, visando, a par do fomento de uma cultura de excelência assente em valores de mudança e na orientação ao cliente, qualidade e resultados, uma contribuição para a realização pessoal e profissional dos colaboradores, em ordem à promoção do seu bem-estar e satisfação.

O empenho na formação materializa-se quer nas acções organizadas por iniciativa da CAIXA, quer no incentivo dado a cada um dos colaboradores, no âmbito do estatuto de trabalhador estudante, para que desenvolvam as suas competências.

Os investimentos em formação alcançaram 8.215.765 CVE, representando um acréscimo de 31,7% em relação ao ano de 2009.

## QUADRO VIII – FORMAÇÃO NO ESTRANGEIRO

FORMAÇÃO NO ESTRANGEIRO	Nº de Participantes
Curso Integrado de Gestão Bancária	2
KPIs para departamento jurídico	1
Como elaborar um Plano de Segurança Interno	2
Crédito Habitação	1
AML - Branqueamento de Capital	1
<b>TOTAL PARTICIPANTES</b>	<b>7</b>

## QUADRO IX – FORMAÇÃO INTERNA

FORMAÇÃO INTERNA	Nº de Participantes
Integração de novos colaboradores	8
AML/CFT para operadores Western Union	11
Excelência no Atendimento	29
Projecto Imparidade	5
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>53</b>

## Quadro X – Formação Externa

FORMAÇÃO EXTERNA	Nº de Participantes
Análise de Risco de Crédito	45
Marchés Financiers Internationaux	3
Excelência e Qualidade no Atendimento ao Cliente	3
Risco de Crédito	6
ITIL e COBIT	45
Iniciação a Informática	24
Excel Avançado	60
Excel para Contabilistas	2
Planeamento Integrado e Desdobramento de Metas	20
Fiscalidade - Imposto de Selo	4
Gestão Logística	1
Payment and Securities Settlement Systems	3
Mercados Financeiros Internacionais	3
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>219</b>

#### 4.1.3. Mobilidade de Pessoal

Durante o ano de 2010, a CAIXA admitiu 19 novos colaboradores e deixou de contar com 3. Das saídas verificadas, duas foram por cessação de contrato e uma por reforma.

O reforço da Rede Comercial e dos Serviços Centrais estabelece uma relação directa entre os objectivos estratégicos da Instituição e a actividade desenvolvida pela gestão dos recursos humanos. Também na Rede Comercial cerca de 07 Colaboradores foram nomeados para funções de Gerência.

#### 4.1.4. Benefícios Sociais

As políticas e medidas de recursos humanos da CAIXA encontram o seu fundamento na harmonização entre Trabalho, Família, Saúde e Lazer como dimensões da vida das pessoas e da Instituição.

Desta forma, a CAIXA desenvolve um conjunto de acções concertadas de flexibilidade e conciliação do trabalho com a vida pessoal e familiar, que se encontram para além do rigoroso cumprimento do Código Laboral.

No conjunto dos benefícios concedidos aos trabalhadores, destaca-se o acesso ao crédito, em condições vantajosas, para a aquisição de habitação própria e outros fins, o que contribui para a redução de um dos maiores encargos do agregado familiar.

No domínio da saúde, para além dos benefícios estipulados por lei, a CAIXA tem o compromisso de atribuir aos seus colaboradores e suas famílias, benefícios sociais que ultrapassam amplamente a protecção social que qualquer empresa deve legalmente assegurar.

Os cuidados de saúde estão adjudicados a duas clínicas privadas, uma de pediatria e outra de consultas de clínica geral.

Os colaboradores, de quadro de pessoal, têm direito a um plafond de 18.000,00 para consultas de especialidades e/ou exames complementares.

A CAIXA apoia, também, nas despesas com ginásios e/ou outras práticas desportivas.

## 4.2 – Gestão de Riscos

A CAIXA no desenrolo da sua actividade está sujeita a riscos de diversa ordem: de crédito, de mercados e liquidez e risco operacional, o que torna imprescindível o acompanhamento e controlo de tais riscos financeiros, uma atribuição da responsabilidade da DGR (Direcção de Gestão de Risco) .

Para um desenvolvimento sustentado da sua actividade é necessária a redução e mitigação do Risco, com impacto directo na melhoria da carteira de crédito, na diminuição da carteira em incumprimento e no aumento da rentabilidade e solidez financeira. Numa lógica integrada de vários projectos (“Qualidade, Reforço dos Controlos Internos e Resultados”) **virada para a qualidade e celeridade**, a DGR pretende introduzir melhorias significativas nos modelos de análises de risco das empresas, implementação do modelo de Scoring e criação de uma Central de Balanços.

**4.2.1. Riscos de crédito** - encontram-se associados às perdas e ao grau de incerteza quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), ou do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir as suas obrigações. Neste particular, a actividade da gestão do risco de crédito tem-se direccionado essencialmente para:

- A emissão de pareceres de risco sobre operações bancárias (empréstimos renda, contas correntes caucionadas e renovações, reprogramações);
- O acompanhamento da constituição de provisões económicas tendo em conta a adequação de provisões, em função do histórico e garantias associadas ao crédito e /ou grupo homogéneo;
- A publicação regular do relatório de Imparidade;
- O acompanhamento de alguns estudos e publicações estatísticos com destaque para os sectores de Turismo, Imobiliária, Habitação Energia portos e aeroportos e transportes;

**4.2.2 Riscos Operacionais** - materializam-se nas perdas incorridas resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou, ainda, decorrentes de eventos externos.

Neste domínio, foi elaborado o Manual do Risco Operacional, que se encontra em fase de aprovação, o que vai permitir à CAIXA adoptar princípios e práticas que garantam uma eficiente gestão do risco, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são alguns exemplos: a segregação de funções, as linhas de responsabilidades e respectivas autorizações, os limites de tolerância e exposição aos riscos, o código deontológico e de conduta, os indicadores-chaves de risco (Kris), os controlos de acessos físicos e lógicos, a contratação de seguros, planos de contingências.

#### **4.2.3 Riscos de Mercado e Risco de Liquidez:**

A metodologia adoptada pela CAIXA para a medição do risco de taxa de juro consiste no agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respectivas periodicidades de revisão de taxas de juros. Para o efeito, são calculados em cada intervalo os Cash-Flows activos e passivos assim como o correspondente "Gap" de risco de taxa de juro.

#### **4.3 - Recursos Tecnológicos e Informáticos**

A Direcção de Informática e Comunicação, durante o ano 2010, foi sujeita a diversas acções de auditoria na vertente segurança de informação (baseada na norma ISO/ TEC 17799/27001) e, em consequência, iniciou o processo de implementação das recomendações resultantes dessas acções.

Desenvolveu outras actividades, com destaque para o desenvolvimento complementar da aplicação Banca, de forma a suportar a emissão de cartões de beneficiários do INPS, o projecto de imparidade e, no âmbito do projecto do BCV e da SISP, a instalação do Modulo TEI (Transferência Electrónica Interbancária).

Ainda, relativamente a novos desenvolvimentos, encontra-se em fase de teste a instalação da aplicação para pagamentos via internet, mais concretamente, o carregamento de telemóvel.

#### 4.4 - Organização e Qualidade

Posicionar a CAIXA como melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos clientes, rentabilidade financeira para os accionistas, ambiente laboral para os colaboradores, e relacionamento com a comunidade, constitui um dos objectivos preconizados no Plano Estratégico 2009 - 2012. Nesse sentido a CAIXA definiu como um dos eixos estratégicos de intervenção a Qualidade, para cuja consolidação tem estado a desenvolver as necessárias bases materiais, tecnológicas, humanas e financeiras..

A CAIXA tem vindo a constatar uma melhoria na satisfação dos clientes, facto que se comprova com a prontidão na resposta às reclamações dos clientes, tendo sido atendidas todas as solicitações pelo GAI (Gabinete de Auditoria Interna) e pelo GOEP (Gabinete de Organização, Estudos e Projectos). Na sequência da análise das reclamações dos clientes, o GAI e o GOEP emitem relatórios sínteses visando alertar para os factos incitadores de tais reclamações e recomendações para atenuar a sua frequência.

Do ponto de vista das recomendações, há que destacar, dentre outras, um maior rigor no cumprimento das normas e procedimentos instituídos, a promoção de atitudes visando um melhor atendimento e uma comunicação eficaz para com o cliente e implementação de câmaras de vigilância para certificar e dissipar situações de dúvidas, quer por parte da CAIXA, quer por parte dos clientes.

Foram realizadas, ainda, pareceres sobre diversas matérias, numa visão de melhoria do sistema de controlo.

Há que destacar que o ano de 2010 foi extremamente estratégico para a Auditoria Informática na CAIXA, tendo possibilitado uma melhor noção da segurança de informação da instituição.

Foram realizadas três auditorias internas, tendo sido analisados pontos essenciais como:



- Sistema de Gestão da Segurança da Informação;
- Políticas de segurança;
- Plataforma de acesso remoto (VPN) e auditabilidade dos mesmos;
- Acessos à aplicação BM por parte dos fornecedores externos;
- Direitos de acesso concedidos aos sistemas corporativos da caixa;
- Sistemas e políticas de backup da caixa;
- Validação dos activos da informação.

A CAIXA elevou, assim, o seu patamar em termos de segurança de informação, justificado, essencialmente, por:

- Necessidade de parecer da Comissão de Segurança para a implementação de qualquer projecto de âmbito informático ou tecnológico na CAIXA;
- Melhorias nas políticas de passwords, impedindo que os acessos não autorizados permaneçam activos por tempo indeterminado;
- Melhoria no sistema de resposta aos incidentes em termos de update do antivírus;
- Melhoria relativamente ao controlo do sistema e backup.

No que toca à função Compliance, a CAIXA procedeu à realização da formação **“Anti-lavagem de capitais (AML)/ Combate ao Financiamento do Terrorismo (CFT)”** para operadores (FLAs), atendendo à solicitação da Western Union, onde foi feita uma breve apresentação da Compliance e foi incutida aos formandos a necessidade de se estar em Compliance (dever de cumprir, de estar em conformidade com as leis, com as normas, com as regras e regulamentos impostos às actividades da caixa).

Procedeu-se, igualmente, à elaboração do Manual do Código de Conduta, cuja aprovação e implementação deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2011.

Na melhoria da qualidade, há que destacar, também, a disponibilização das minutas de contrato padronizadas, permitindo não só o seu acesso por parte dos colaboradores, como também, a utilização de minutas uniformes e actualizadas por toda a rede comercial.

### 4.5 - Instalações

Com vista à materialização do Plano Estratégico na vertente Qualidade e Proximidade, em 2010, foram desenvolvidas acções no sentido de oferecer quer aos trabalhadores quer aos clientes mais conforto, designadamente:

- avanço da construção do edifício da Sede Social da CAIXA;
- as obras da construção da nova agência em Sal-Rei, Ilha da Boavista e ampliação da Agência da Assomada ficaram quase concluídas;
- 

### 4.6 - Marketing

Em 2010, a CAIXA deu continuidade à promoção da instituição, com lançamento de novos produtos e serviços, de modo a acompanhar as necessidades e expectativas dos clientes.

Lançou o cartão VISA Pré-Pago, reformulou e promoveu o novo Pacote Crédito Habitação, impulsionou também os produtos destinados ao segmento Emigrante, continuou com a promoção do produto Continha, do Internet Banking, entre outros.

A CAIXA deu, igualmente, seguimento ao projecto da uniformização das Agências, com a criação do Manual de Identidade Corporativa da CAIXA, onde o principal objectivo passa por uma imagem uniformizada e moderna, enquadrada no projecto “Uma Só CAIXA”.

No âmbito institucional, deu-se sequência à política de promoção de modo a aumentar a notoriedade e visibilidade da instituição, com a presença nos meios de comunicação, quer nacional, quer internacional, e com a realização e participação em alguns eventos marcantes e de relevo na sociedade cabo-verdiana, nomeadamente, FIC e FICH.

### 4.7 - Novos Canais Electrónicos

Em 2010, a CAIXA deu seguimento à prestação do serviço dos meios de pagamento electrónicos (cartões de débito e crédito), ATM's, POS e Internet Banking, pelo que registou a seguinte evolução:

- **manteve o mesmo nº de ATM's, 31**, enquanto o sistema passou a contar com 141 máquinas, ou seja, mais 19 que em 2009, o que fez com que a quota de mercado da CAIXA diminuísse de 25,4% para 22,0% .
- a Rede Vinti4 produziu 108.840 novos cartões de débito, cabendo à CAIXA a emissão de 60.093 cartões, ou seja, 55,2% do total.

Em relação aos cartões de débito activos, estes evidenciaram um aumento de 106,8%, superior ao crescimento da rede, que foi de 45,6%, justificado sobretudo pela emissão dos cartões do INPS. A quota de mercado da CAIXA ,de 36,2% em 2009, passou para 51,4% em 2010.

Quando analisada a evolução das transacções, a CAIXA registou um decréscimo na ordem dos 9,52%, quando no total o sistema cresceu 0,04%, o que confere à CAIXA uma quota de 29,1%, quando em 2009 tinha alcançado 31,9%.

Em termos de POS instalados, a CAIXA passou a contar com 349 máquinas, aumentando a sua quota de mercado de 24,0% para 24,7%. De notar que o sistema passou a contar com 1.412 "POS" quando em 2009 registava 1.396.

**Quanto às transacções feitas nos "POS", registou evolução quer** em termos de numero, quer em termos de montante.

**Em relação aos cartões de crédito "Visa", durante o ano de 2010**, a CAIXA concedeu um total de 191 cartões, sendo 152 "Classic" e 39 "Gold". Quanto aos cartões Electron Pré-Pago, foram personalizados 475 cartões.

Aderiram ao serviço *Internet Banking* -"Caixanet" 2.214 clientes, dos quais 2.014 Particulares e 200 Empresas.

Relativamente às **transacções feitas via "Caixa Net", em 2010**, somaram-se 820.469 operações, sendo de destacar 24.168 consultas de saldo, 397.582 consultas de movimentos, 14.081 transferências intra-bancárias e 1.984 transferências Interbancárias.

#### **4.8 - Relações com os Emigrantes**

Durante o ano de 2010, a CAIXA realizou vários encontros a nível nacional e internacional. A nível nacional evidenciam-se os encontros em Tarrafal, ilha de Santiago, em São Filipe e Mosteiros, ilha do Fogo, por ocasião das festas dos municípios, enquanto a nível internacional destacam-se os encontros nos EUA, na Holanda e Luxemburgo.

#### **4.9 - Relações Internacionais.**

A motivação da área internacional continua sendo a melhoria e incremento da rede de correspondentes bancários e parceiros internacionais com aposta forte nos mercados onde se verifica demanda expressiva ou justificável, seja da parte da comunidade Cabo-verdiana no exterior, seja dos próprios residentes.

Essa preocupação de melhoria da qualidade dos serviços prestados baseada na redução de custos das operações de correspondências, na redução do tempo de resposta e melhor atendimento, materializou-se por uma análise da nossa rede de correspondentes nas vertentes natureza e volumes de operações efectuadas, termos e condições praticados entre outros.

##### **4.9.1 Relações com a rede de correspondentes e parceiros**

Foram estabelecidas relações de correspondência com a Ecobank, que tem agências em muitos países do continente africano, no intuito de servir as comunidades da Guiné-Bissau e Senegal.

Ainda para melhor servir a comunidade da Guiné-Bissau estabeleceu-se uma parceria com o Banco da África Ocidental (BAO).

Continuou-se a registar encontros com responsáveis de vários bancos correspondentes com os quais foram analisadas as possibilidades de negócios e estabelecimento de relações de correspondente bancário.

Relativamente à actividade WU (Western Union), a prestação da CAIXA foi positiva, apesar das descidas registadas em 2010. Tais descidas justificam-se pelo aumento do número de Agentes a partilhar o mesmo serviço, pela entrada no mercado de outros serviços concorrentes e pela desactivação da parceria com os correios, onde já é bem

visível a presença do MoneyGram, principal concorrente da WU. Não obstante, a CAIXA continua a ser o líder isolado do mercado.

#### 4.9.2 Relações com Outras Instituições Financeiras

Com vista à diversificação do funding prosseguiram-se contactos com a AFD - Agence Française de Développement, o BAD - Banco Africano de Desenvolvimento, BEI - Banco Europeu de Investimento, e a IFC - *International Financial Corporation*.

Relativamente à linha de crédito celebrada, no ano passado, com a AFD, destinada ao financiamento de projectos municipais, ainda não se iniciou a sua utilização. Este atraso deve-se à não realização, até a presente data, pela AFD, duma formação sobre políticas de responsabilidades sociais e ambientais para permitir aos bancos melhor responderem às exigências do acordo de financiamento.

Destaca-se ainda para as boas relações com o BCEEL- *Banque et Caisse d'Epargne de L'Etat du Luxembourg* que tem sucessivamente renovado o empréstimo de curto prazo em condições bastante satisfatórias.

#### 4.10 - Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

A CAIXA, enquanto instituição com obrigação social, deu sequência à sua política para este sector, patrocinando e apoiando diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, nomeadamente:

Na área Cultural patrocinou eventos importantes e marcantes como Kriol Jazz Festival, actividades culturais enquadradas nos programas de comemoração dos dias dos municípios, principais grupos carvanalescos de S.Nicolau, Associação Teatral Pro-Morro, espetáculos de promoção do "Best Of Lura", comemoração dos 550 anos da descoberta de Cabo Verde e 35º aniversário da independência de Cabo Verde.

A nível Desportivo, várias equipas de futebol e associações desportivas, actividades e eventos desportivos, dentre os quais de realçar o Campeonato Mundial de Windsurf

realizado na ilha do Sal, na qualidade de patrocinador único, actividades desportivas de comemoração do dia do município da Praia.

No campo Social e da Educação foram concedidos apoios a diversas entidades de solidariedade social e de educação, em que se destacam a CPLP na realização da assembleia geral, o encontro de quadros realizado pelos emigrantes em Roma, a conferência **"Amadora, espaço de Multiculturalidade"**, a LLions Club da Praia na construção de jardim infantil e a FICASE para o programa de kits escolar, o Centro de Recuperação e Integração da Granja de São Filipe com materiais e equipamentos para formação em costura e bordados.









## 5. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE



### 5.1. Resultados do Exercício

Em Dezembro de 2010 a CAIXA alcançou um Resultado do Exercício de 378.942 contos, 71.289 contos (+23,2%) superior ao registado em 2009. Tal acréscimo é justificado, essencialmente, pelo acréscimo da Margem Financeira, com um crescimento de 13,0% (+203.746 contos). Há que destacar a melhoria alcançada nos Gastos Gerais Administrativos e nas amortizações, com o decréscimo de 9.750 contos (-1,9%) e 21.861 contos (-14%), respectivamente.

O crescimento da Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário (com um peso de 84,4%), deveu-se ao incremento de 277.631 contos (11,8%) ocorrido nos Juros e Rendimentos Similares, enquanto os Juros e Encargos Similares cresceram 73.835 contos (9,5%).

Os Rendimentos de Serviços e Comissões Líquidas conheceram um decréscimo de 31.609 contos (18,3%), tendo passado de 172.591 contos, em Dezembro de 2009, para 140.983 contos, em Dezembro de 2010.

Fruto de um acompanhamento e de tomada de posições atempadas, o Resultado Cambial de 2010 superou o de 2009 em 23,6%, atingindo os 128.695 contos. O dólar enquanto divisa de grande volatilidade, contribuiu com 82% deste resultado.

A rubrica Outros Resultados de Exploração contribuiu também, de forma positiva para a Margem complementar, tendo observado um crescimento de 2.244 contos (+4,23%), relativamente a Dezembro de 2009.

Nesse círculo, o Produto Bancário conheceu um crescimento de 200.852 contos (+10,58%) em relação a 2009, tendo atingido os 2.100.084 contos em Dezembro de 2010.

Os Custos Administrativos cresceram 2,7% (+26.481 contos), contra os 17,6% registados em 2009, facto justificado, particularmente, pelo decréscimo em 1,9% dos Gastos Gerais Administrativos (-9.750 contos), em virtude do decréscimo de 32.199 contos (-37%) na rubrica Publicidade e Edição, não obstante o aumento de 28.325

contos (+14%) nos Serviços Especializados. No entanto, os Custos com o Pessoal assinalaram um aumento de 36.230 contos (7,5%), explicado, essencialmente, pelo aumento do quadro de pessoal e do reajustamento salarial de 2,5%.

Concludentemente, o Resultado Bruto de Exploração atingiu os 1.083.896 contos, demonstrando um acréscimo de 174.372 contos (+19,2%), relativamente a 2009.

O *Cash Flow* do Exercício registou um aumento de 143.338 contos (17,5%), fixando-se nos 961.895 contos, contra os 818.558 contos obtidos em 2009.

## Quadro XI - Evolução dos Resultados (Milhares de contos)

RUBRICAS	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Juros e rendimentos similares	2.345.716	2.623.347	277.631	11,8
Juros e encargos similares	777.155	850.990	73.835	9,5
<b>Margem Financeira</b>	<b>1.568.561</b>	<b>1.772.357</b>	<b>203.796</b>	<b>13</b>
Rendimentos e instrumentos de capital	0	0	0	
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	172.591	140.982	-31.609	-18,3
Resultados em operações financeiras	104.126	128.695	24.569	23,6
Resultados de alienação de activos	905	2.757	1.852	204,7
Outros resultados de exploração	53.048	55.293	2.245	4,2
<b>Margem Complementar</b>	<b>330.670</b>	<b>327.727</b>	<b>-2.943</b>	<b>-0,9</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>1.899.231</b>	<b>2.100.084</b>	<b>200.853</b>	<b>10,6</b>
Custos com Pessoal	483.474	519.704	36.230	7,5
Fornecimento e Serviços de Terceiros	506.234	496.484	-9.749	-1,9
Custos Administrativos	989.707	1.016.188	26.481	2,7
<b>Resultado Bruto de Exploração</b>	<b>909.524</b>	<b>1.083.896</b>	<b>174.372</b>	<b>19,2</b>
Amortizações	156.497	134.634	-21.863	-14
Total custos operativos	1.146.204	1.150.823	4.619	0,4
Prov. e imparidade (liq. )	354.407	448.318	93.911	26,5
Result. Liq. de Exploração	398.620	500.493	102.323	25,7
Resultados em empresas associadas	6.246	1.620	-4.625	-74,1
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>404.865</b>	<b>502.563</b>	<b>97.698</b>	<b>24,15</b>
Impostos correntes	85.457	111.866	26.409	30,9
Impostos diferidos	11.755	11.755	0	0
Imposto sobre lucros	97.212	123.621	26.409	27,2
<b>Resultado Líquido</b>	<b>307.653</b>	<b>378.943</b>	<b>71.289</b>	<b>23,2</b>
- Cash Flow do Exercício	818.558	961.895	143.338	17,5

## 5.2 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade reflectem uma evolução positiva da performance da CAIXA no exercício.

A Rendibilidade do Activo (ROA) passou de 0,97% para 1,09%, não obstante a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) ter passado de 11,8% para 11,6%.

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, conheceu uma melhoria, comparativamente a 2009, passando de 60,4% para 54,8%, explicado pelo aumento do Produto Bancário, superior ao aumento dos Custos Operativos.

Em virtude do aumento do Produto Bancário, a Produtividade dos trabalhadores medida pelo rácio Produto Bancário/Trabalhador registou, igualmente, uma melhoria, passando de 8.082 contos para 8.268 contos, não obstante o recrutamento de novos colaboradores.

### Quadro XII – Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2009	2010
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	11,8	11,6
Resultado do Exercício/ Activo Líquido Médio (ROA) (%)	0,97	1,09
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	31,3	29,4
Cash Flow do Exercício/ Activo Líquido Médio (%)	2,6	2,8
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	60,4	54,8
Produto Bancário/ N° Médio de Trabalhadores (contos)	8.081,80	8.268,00
Cash Flow do Exercício/ N° Médio de Trabalhadores (contos)	3.483,20	3.787,00

## 5.3 Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e sustentabilidade financeira, a CAIXA tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição evoluíram de 3.077.174 contos em 2009 para 3.244.527 contos em 2010, exibindo um crescimento de 167.353 contos (5,44%), em virtude do aumento do resultado do exercício.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 13,56% em Dezembro de 2010, ressaltando uma margem de, aproximadamente, 3,5% sobre o mínimo exigido. O rácio de Cobertura de Imobilizado assentou-se, por sua vez, nos 227,1%, muito acima do limite definido (100%).

#### Quadro XIII – Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2009	2010
Fundos Próprios (contos)	3.077.174	3.244.527
Rácio de Solvabilidade	14,1	13,6
Rácio Imobilizado Líquido/ Fundos Próprios	266,1	227,1

#### 5.4 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidade Líquidas do Exercício, que 2009 somavam 354.407 contos, chegaram aos 449.417 contos em 2010, traduzindo um acréscimo de 95.010 contos (26,8%). As Imparidades de Crédito, que em 2009 apresentavam um peso de 94,6% do total, representaram 96,6% do total em 2010, chegando a atingir os 434.066 contos, registando um crescimento de 98.824 contos (29,5%) em relação a 2009, em virtude da melhoria da qualidade da carteira de crédito.

#### Quadro XIV – Provisões do Exercício

Provisões e Imparidade Líquidas	2009		2010		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Crédito a Clientes	335.242	94,6	434.066	96,6%	98.824	29,5%
Imóveis	6.149	1,7	6.190	1,4%	41	0,7%
Reembolso Despesas do Estado	13.016	3,7	9.160	2,0%	-3.856	-29,6%
Total	354.407	100	449.417	100,0%	95.010	26,8%

### 5.5 Créditos e Juros Vencidos

Em 2010, a carteira de crédito evidenciou uma melhoria significativa, tendo o rácio Crédito Vencido/Crédito total passado de 14,98% para 13,13% (um decréscimo de 1,85%). Para tal, foi constituída uma Comissão de Recuperação de Crédito, formada pela Comissão Executiva, as Direcções Comerciais e o Gabinete de Acompanhamento de Crédito, que acompanhou de forma sistemática os créditos problemáticos, através de negociações directas com os clientes e acompanhamento das Agências nas acções de recuperação de crédito.

Verificou-se uma redução substancial de créditos vencidos da Classe I, II e V.

O rácio de Cobertura de Crédito por Provisões conheceu, igualmente, uma melhoria, tendo passado de 42,83%, no final de 2009, para 50,68%, em 2010.

#### Quadro XV - Créditos e Juros vencidos (mil contos)

Designação	2009	2010
Créditos e Juros vencidos	3.468	3.468
Provisões para Créditos e Juros vencidos	1.485	1.757
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	14,98%	13,13%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total*	14,24%	12,40%
Provisões para Créditos e Juros vencidos / Créditos e Juros vencidos	42,83%	50,68%

\* Com a inclusão dos títulos das empresas no crédito









## 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Considerando:

- i) que o Resultado Líquido do exercício de 2010 ascendeu ao valor de 378.943 contos;
- ii) que a instituição encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;
- iii) o esforço financeiro que a Caixa está fazer com vista à materialização do seu Plano Estratégico;
- iv) a necessidade de a Caixa manter os níveis confortáveis que apresenta actualmente em matéria de rácios prudenciais, nomeadamente, Fundos Próprios, Solvabilidade e Concentração de Risco, condição essencial para a expansão do negócio e por conseguinte o aumento do Balanço nos próximos anos, que, por seu turno, alavancará o crescimento sólido e estável dos Resultados de Exploração;
- v) a prática da Instituição em termos de distribuição de dividendos;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Reservas legais (10%)	37.894.264\$60
Reservas Livres (34,9%)	132.248.382\$40
Dividendos (150 CVE por acção)	208.800.000\$00
<b>Total</b>	<b>378.942.646\$00</b>





## 7. NOTAS FINAIS





A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2010 com resultados positivos, espelhando indicadores de dimensão e desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, deste modo, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da sua actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançado





## BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



(Milhares de Escudos)

ACTIVO	2009	2010		
	Activo líquido	Activo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Activo líquido
• Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.219.191	4.791.318	0	4.791.318
• Disponibilidades em outras instituições de crédito	694.123	315.138	0	315.138
• Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
• Outros activos financeiros ao justo valor/resultados	0	0	0	0
• Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	4.023	200	3.823
• Aplicações em instituições de crédito	329.531	1.169.958		1.169.958
• Crédito Clientes	24.770.081	30.076.164	1.767.324	28.308.840
• Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0
• Activos com acordo de recompra	0	0	0	0
• Derivados de cobertura	0	0	0	0
• Activos não correntes detidos para venda		0	0	0
• Propriedades de investimento	14.353	17.731	3.291	14.439
• Outros activos tangíveis	1.112.871	2.037.507	715.796	1.321.711
• Activos intangíveis	46.726	237.632	216.378	21.253
• Investimentos em filiais, associadas e emp.conjunto	43.476	101.949	0	101.949
• Activos por impostos correntes	10.107	9.582	0	9.582
• Activos por impostos diferidos	53.174	39.880	0	39.880
• Outros activos	557.056	657.771	26.459	631.312
TOTAL DO ACTIVO	32.854.512	39.458.653	2.729.448	36.729.205

PASSIVO	2009	2.010
• Recursos de bancos centrais	250.000	0
• Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
• Out.passivos financeir.ao justo valor/resultados	0	0
• Recursos de outras instituições de crédito	866.371	1.067.393
• Recursos de clientes e outros empréstimos	28.113.610	31.911.402
• Responsabilidades representadas por títulos	0	0
• Derivados de cobertura	0	0
• Passiv.n/corrent.detid.p/venda e oper.descontinuad	0	0
• Provisões	59.904	50.002
• Passivos por impostos correntes	85.457	111.866
• Passivos por impostos diferidos	6.154	4.616
• Instrumentos representativos de capital	0	0
• Outros passivos subordinados	0	0
• Outros passivos	250.562	258.146
• Capital	1.392.000	1.392.000
• Prémios de emissão	0	0
• Outros instrumentos de capital	0	0
• (Acções próprias)	0	0
• Reserva de reavaliação	0	0
• Outras reservas e resultados transitados	1.522.800	1.554.838
• Resultado do exercício	307.653	378.943
• (Dividendos antecipados)	0	0
TOTAL DO PASSIVO	29.632.058	33.403.424
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	32.854.512	36.729.205

(Milhares de Escudos)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2009	2.010
• Juros e rendimentos similares	2.345.716	2.623.347
• Juros e encargos similares	777.155	850.990
Margem financeira	1.568.561	1.772.357
• Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
• Rendimentos de serviços e comissões	198.821	180.831
• Encargos com serviços e comissões	26.230	39.848
• Resultados activos e passivos avaliados ao JustoValor através Resultados	0	0
• Resultados de activos financeiros disponiveis p/venda	0	0
• Resultados de reavaliação cambial	104.126	128.695
• Resultados de alienação de outros activos	905	2.757
• Outros resultados de exploração	53.048	55.293
Produto bancário	1.899.231	2.100.084
• Custo com pessoal	483.474	519.704
• Gastos gerais administrativos	506.234	496.484
• Amortizações do exercício	156.497	134.634
• Provisões liquidas de reposições e anulações	19.165	14.252
• Imparidade outros activ.financ.liq.rever.e recup.	335.242	434.066
• Imparidade outros activ.liq.reversões e recuperaç	0	0
• Resultados em empresas associadas	6.246	1.620
Resultado antes de impostos	404.865	502.563
• Impostos		
• Correntes	85.457	111.866
• Diferidos	11.755	11.755
Resultados após impostos	307.653	378.943







## ANEXO ÀS DEMONSTRACÇÕES FINANCEIRAS



CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2010			2009		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	4.791.318	-	4.791.318	5.219.191	Recursos de bancos centrais	14	-	250.000	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	315.138	-	315.138	694.123	Recursos de outras instituições de crédito	15	1.067.393	866.371	
Activos financeiros disponíveis para venda	5	4.023	( 200)	3.823	3.823	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	31.911.402	28.113.610	
Aplicações em instituições de crédito	6	1.169.958	-	1.169.958	329.531	Provisões	17	50.002	59.904	
Crédito a clientes	7	30.076.164	( 1.767.324)	28.308.840	24.770.081	Passivos por impostos correntes	12	111.866	85.457	
Propriedades de investimento	8	17.730	( 3.291)	14.439	14.353	Passivos por impostos diferidos	12	4.616	6.155	
Outros activos tangíveis	9	2.037.507	( 715.796)	1.321.711	1.112.871	Outros passivos	18	258.146	250.561	
Activos intangíveis	10	237.632	( 216.378)	21.254	46.726	Total do passivo		33.403.425	29.632.058	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	101.950	-	101.950	43.476	Capital	19	1.392.000	1.392.000	
Activos por impostos correntes	12	9.582	-	9.582	10.107	Outras reservas e resultados transitados	20	1.554.838	1.522.801	
Activos por impostos diferidos	12	39.880	-	39.880	53.174	Resultado do exercício	20	378.942	307.653	
Outros activos	13	657.771	( 26.459)	631.312	557.056	Total do capital próprio		3.325.780	3.222.454	
Total do activo		39.458.653	(2.729.448)	36.729.205	32.854.512	Total do passivo e do capital próprio		36.729.205	32.854.512	

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

## CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	21	2.623.347	2.345.716
Juros e encargos similares	22	(850.990)	(777.155)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>1.772.357</b>	<b>1.568.561</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	23	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	23	180.831	198.822
Encargos com serviços e comissões	23	(39.848)	(26.230)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial	24	128.695	104.126
Resultados de alienação de outros activos	25	2.757	905
Outros resultados de exploração	26	55.292	53.048
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>2.100.084</b>	<b>1.899.232</b>
Custos com pessoal	27	(519.704)	(483.474)
Gastos gerais administrativos	28	(496.484)	(506.234)
Amortizações do exercício	8, 9 e 10	(134.636)	(156.497)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	(14.252)	(19.165)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	(434.066)	(335.242)
Resultados em empresas associadas	11	1.621	6.245
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>502.563</b>	<b>404.865</b>
Impostos			
Correntes	12	(111.866)	(85.457)
Diferidos	12	(11.755)	(11.755)
		<b>(123.621)</b>	<b>(97.212)</b>
<b>Resultado e rendimento integral do exercício</b>		<b>378.942</b>	<b>307.653</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.392.000	725.556
Resultado por acção		0,27	0,42

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 - pró-forma	348.000	270.948	1.295.546	(136.025)	231.532	2.010.001
Aumento de capital	1.044.000	-	-	-	-	1.044.000
Distribuição do resultado do exercício de 2008:					-	
Incorporação em reservas	-	27.257	106.112	-	(133.369)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(139.200)	(139.200)
Resultados transitados	-	-	-	(41.037)	41.037	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	307.653	307.653
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>1.392.000</u>	<u>298.205</u>	<u>1.401.658</u>	<u>(177.062)</u>	<u>307.653</u>	<u>3.222.454</u>
Distribuição do resultado do exercício de 2009:						
Incorporação em reservas	-	30.765	1.272	-	(32.037)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(275.616)	(275.616)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	378.942	378.942
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>1.392.000</u>	<u>328.970</u>	<u>1.402.930</u>	<u>(177.062)</u>	<u>378.942</u>	<u>3.325.780</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2010	2009
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimento de juros e comissões	2.804.178	2.443.948
Pagamento de juros e comissões	(890.838)	(803.385)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	182.724	290.733
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.016.188)	(989.708)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(84.932)	(63.627)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	994.944	877.961
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(840.427)	111.173
Créditos sobre clientes	(3.972.825)	(2.925.085)
Outros activos	(85.617)	(116.936)
	(4.898.869)	(2.930.848)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(48.978)	519.241
Recursos de clientes	3.797.792	672.241
Outros passivos	(3.914)	26.685
	3.744.900	1.218.167
Caixa líquida das actividades operacionais	(1.153.969)	(1.712.681)
<u>Fluxos de caixa de actividades de investimento</u>		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(56.853)	-
Activos intangíveis	(5.872)	(15.018)
Outros activos tangíveis	(312.132)	(612.944)
Propriedades de investimento	(116)	(547)
Receitas de venda de activos tangíveis	2.756	905
Caixa líquida das actividades de investimento	(372.217)	(627.604)
<u>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</u>		
Aumento de capital	-	1.044.000
Dividendos distribuídos	(275.616)	(139.200)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(275.616)	904.800
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(806.858)	(557.524)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5.913.314	6.470.838
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5.106.456	5.913.314

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR - Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até Setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral - Associação Mutualista (Nota 19).

O capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções, 90% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objecto o exercício de todas as actividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 29 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Fevereiro de 2011, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

Até 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), aprovado pelo Aviso nº 6/94, de 19 de Julho, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 39/2003, de 20 de Outubro e Aviso nº 4/2004, de 27 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NIRF sendo o impacto à data de transição explicado na Nota 33. De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

## 2.2. Políticas contabilísticas

### a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio da Caixa no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
1 USD	83,178	75,936

### c) Instrumentos financeiros

#### i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Caixa não tem **activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados**, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

#### a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras **instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos"**. Inclui ainda os **títulos de dívida emitidos** pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### *Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.



### *Anulações de capital e juros*

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, os juros de créditos vencidos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser **cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares"**. Até 31 de Dezembro de 2009, as recuperações de juros eram reflectidas em **"Outros proveitos de exploração"**. Na sequência da alteração efectuada, o saldo do exercício de 2009 no montante de mCve. 100.590 foi reclassificado de modo a assegurar a comparabilidade com o exercício de 2010.

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, nos termos definidos no Aviso nº 4/2006 do Banco de Cabo Verde. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica **"Imparidade de crédito"**. Até 31 de Dezembro de 2009, as recuperações de crédito abatido ao activo eram reflectidas em **"Outros proveitos de exploração"**. Na sequência da alteração efectuada, o saldo do exercício de 2009 no montante de mCve. 32.969 foi reclassificado de modo a assegurar a comparabilidade com o exercício de 2010.

#### b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são **registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação"**. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas **"Resultados de activos financeiros disponíveis para venda"** ou **"Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações"**, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos disponíveis para venda correspondem a activos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve estes activos ao custo histórico.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados **nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital"** quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

#### d) Imparidade de activos financeiros

##### Activos financeiros ao custo amortizado

O Caixa efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

A Caixa efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou apresentem situações de incumprimento há mais de 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito a Caixa definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Outros créditos a particulares
- Garantias prestadas

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

Não é registada imparidade para créditos sobre o Estado de Cabo Verde (incluindo títulos de dívida pública), empresas públicas ou municípios ou garantidos por estas entidades.

**O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de**

outros activos financeiros líquida de reversões e **recuperações**", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Relativamente a estes activos financeiros, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

#### e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em **"Outros passivos"**.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do **Tesouro e Bilhetes do Tesouro, são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira da Caixa.**

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

#### f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica **"Outros activos"**.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, a Caixa considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas **"Outros proveitos e custos de exploração"**.

#### g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em **"Amortizações do exercício"** ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, **na rubrica “Gastos gerais administrativos”**.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	60
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	5
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	5 - 12
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 - **“Imparidade de activos”**. **Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”**. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Caixa correspondem aos impactos da adopção das NIRF.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 - **"Benefícios dos empregados"**.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são **reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.**

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como **"Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".**

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

*Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras a Caixa utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

<b>Norma/Interpretação</b>	<b>Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)</b>	
<b>NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:</b>		
IFRS 3 - "Concentrações de actividades empresariais" / IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (Revisão)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 - Investimentos em associadas (Revisão)	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda são alargados à IAS 28.
IFRIC 17 - Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.
IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes
<b>EMENDAS:</b>		
IAS 39 - Emenda (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis)	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.
IFRS 2 - Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IAS 32 - Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRS 1 - Emendas (Isenções adicionais)	1-Jan-10	Esta emenda vem contemplar um conjunto adicional de isenções na aplicação retrospectiva, nomeadamente ao nível de activos resultantes da exploração de recursos minerais, de responsabilidades de descomissionamento e da aplicação dos requisitos da IFRIC 4.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeira da Caixa em 31 de Dezembro de 2010.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras:



Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
<b>NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:</b>		
IAS 24- "Entidades relacionadas" (Alterada)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" (Alterada)	1-Jan-13	<p>Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar:</p> <p>a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;</p> <p>b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;</p> <p>c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerando a totalidade das características do instrumento, deitando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;</p> <p>d) Em 28 de Outubro de 2010, o IASB introduziu alterações na norma IFRS 9, incorporando novos requisitos de contabilização para passivos financeiros e transpondo para a IFRS 9 os requisitos da IAS 39 de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. A Classificação e Mensuração de passivos financeiros mantém-se (genericamente) face ao disposto na IAS 39, com a excepção do efeito do risco de crédito próprio.</p>
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
<b>EMENDAS:</b>		
IFRIC 14 e IAS 19 – Emenda (O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.
IFRS 7 – Emenda (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda pretende uma maior qualidade nas divulgações sobre activos financeiros que tenham sido transferidos mas que continuam a ser, ainda que parcialmente, registados nas contas porque não cumprem com os requisitos para o desreconhecimento; e activos financeiros que foram desreconhecidos porque cumprem com os requisitos, mas em que a entidade continua a ter algum envolvimento. Com esta emenda pretende-se ainda clarificar as situações em que uma entidade efectua operações de transferência de activos de montantes muito significativos próximo do final dos períodos de reporte, de modo a atingir um determinado objectivo ao nível das demonstrações financeiras (window dressing).
IAS 12 – Emenda (Impostos diferidos: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12	O objetivo das alterações é permitir uma excepção ao princípio de que a medição dos passivos e activos por impostos diferidos deve reflectir a forma pela qual a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contabilístico dos seus activos e passivos. A emenda proposta permite que, em determinadas circunstâncias, a mensuração de passivos e activos por impostos diferidos reflectindo uma presunção de que o valor contabilístico do activo subjacente será recuperado totalmente pela venda.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pela Caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa	1.681.148	1.406.037
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	3.110.170	3.813.154
	<u>4.791.318</u>	<u>5.219.191</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% (14% até 19 de Fevereiro de 2009) da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem:		
Em instituições de crédito no país		
. BCA	5.630	14.304
. Ecobank	913	-
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Montepio Geral	125.214	45.582
. Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	96.869	278.330
. ABN AMRO Bank	9.211	3.319
. Caixa Geral de Depósitos	4.693	5.738
. Banco Espírito Santo	2.474	6.614
. Commerzbank	1.969	9.397
. Banco Português de Investimento	1.441	3.467
. Marine Midland Bank	-	137.366
. Outras	30.326	74.155
	<u>278.740</u>	<u>578.272</u>
Valores a cobrar:		
Sobre o país	34.486	92.742
Sobre o estrangeiro	1.098	22.760
	<u>35.584</u>	<u>115.502</u>
Outras disponibilidades	814	349
	<u>315.138</u>	<u>694.123</u>

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

## 5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

<u>Título</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Imparidade (Nota 17)</u>	<u>Valor de balanço (líquido)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3.823	-	3.823
<u>Instrumentos de dívida valorizados ao custo histórico</u>			
Obrigações de dívida pública portuguesa	200	(200)	-
	<u>4.023</u>	<u>(200)</u>	<u>3.823</u>

A Caixa manteve as obrigações de dívida pública portuguesa registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

A participação no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	500.000	150.000
Títulos de intervenção monetária	500.000	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	110.678	145.812
Depósitos a prazo	60.646	33.805
Juros a receber	262	-
Proveitos diferidos	(1.628)	(86)
	<u>1.169.958</u>	<u>329.531</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro - Depósitos para caução" corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para créditos documentários concedidos por estas entidades a clientes da Caixa. Estes depósitos não são remunerados, sendo reembolsados quando da liquidação do respectivo crédito documentário associado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos a prazo e para caução apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	168.871	142.030
Montepio Geral	2.453	33.105
Outros	-	4.482
	<u>171.324</u>	<u>179.617</u>

## 7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	1.392.544	778.126
Empréstimos	1.584.875	1.465.474
Descobertos em depósitos à ordem	377.538	519.701
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	18.128.434	15.234.277
Outros créditos	777.526	1.092.115
	<u>22.260.917</u>	<u>19.089.693</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	2.251.980	1.979.250
Outros títulos de rendimento fixo	1.539.969	1.205.364
Crédito ao pessoal	686.618	594.993
	<u>26.739.484</u>	<u>22.869.300</u>
Juros a receber	106.196	114.509
Custos diferidos	7.121	6.077
Receitas diferidas	(254.389)	(208.922)
Crédito e juros vencidos	3.477.752	3.474.219
	<u>30.076.164</u>	<u>26.255.183</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(1.767.324)	(1.485.102)
	<u><u>28.308.840</u></u>	<u><u>24.770.081</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) – Títulos de dívida pública” é composta por obrigações do Tesouro de Cabo Verde remuneradas a taxa de juro fixa, com excepção de mCve. 795.920 relativos a uma Obrigação do Tesouro de rendimento variável, a reembolsar no prazo de 15 anos, a partir de 1 de Janeiro de 2000. Este título vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 1,5%. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a taxa de cupão em vigor é de 2,74% e 2,49%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendem a mCve. 8.350 e mCve. 259.934, respectivamente (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados)” inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber”. Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2010	2009	Maturidade
<u>Outros títulos de rendimento fixo</u>			
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	176.766	176.766	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	147.088	147.088	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630.287	630.287	14-06-2027
Tecnici - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	200.000	06-08-2012
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B	283.814	-	14-09-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A	31.252	31.252	05-01-2014
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	50.791	-	14-10-2015
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	19.971	19.971	18-02-2014
	<u>1.539.969</u>	<u>1.205.364</u>	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2010			2009		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:						
Comércio	1.071.213	337.134	1.408.347	1.176.696	215.529	1.392.225
Construção e obras públicas	1.000.101	118.504	1.118.605	748.211	108.703	856.914
Transportes	871.258	12.326	883.584	775.916	99.441	875.357
Indústria	1.298.928	92.201	1.391.129	1.298.524	77.537	1.376.061
Hotelaria	809.497	231.758	1.041.255	721.313	25.836	747.149
Energia	245.669	-	245.669	302.418	-	302.418
Outros	2.677.744	192.345	2.870.089	1.505.781	312.241	1.818.022
	<u>7.974.410</u>	<u>984.268</u>	<u>8.958.678</u>	<u>6.528.859</u>	<u>839.287</u>	<u>7.368.146</u>
Particulares:						
Habitação	8.367.708	1.332.939	9.700.647	7.232.652	1.357.313	8.589.965
Outros	6.605.417	1.160.545	7.765.962	5.923.175	1.277.619	7.200.794
	<u>14.973.125</u>	<u>2.493.484</u>	<u>17.466.609</u>	<u>13.155.827</u>	<u>2.634.932</u>	<u>15.790.759</u>
	<u>22.947.535</u>	<u>3.477.752</u>	<u>26.425.287</u>	<u>19.684.686</u>	<u>3.474.219</u>	<u>23.158.905</u>

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é apresentado como se segue:

	2010					
	Saldo em 31-12-2009			Saldo em 31-12-2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Terrenos	12.750	-	-	12.750	-	
Imóveis	4.980	(3.377)	(30)	4.980	(3.291)	
	<u>17.730</u>	<u>(3.377)</u>	<u>(30)</u>	<u>17.730</u>	<u>(3.291)</u>	

	2009							
	Saldo em 31-12-2008			Abates		Saldo em 31-12-2009		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	12.203	-	547	-	-	-	12.750	-
Imóveis	6.292	(4.661)	-	(1.312)	1.256	(28)	4.980	(3.377)
	<u>18.495</u>	<u>(4.661)</u>	<u>547</u>	<u>(1.312)</u>	<u>1.256</u>	<u>(28)</u>	<u>17.730</u>	<u>(3.377)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as propriedades de investimento apresentavam o seguinte justo valor:

	Valor líquido		Valor de
	2010	2009	avaliação
Terrenos	12.750	12.750	23.275
Edifícios	1.689	1.603	30.400
	<u>14.439</u>	<u>14.353</u>	<u>53.675</u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 128 e mCve. 149, respectivamente (Nota 26).

## 9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros Activos Tangíveis” durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010						
	Saldos em 31-12-2009				Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2010
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício		
Imóveis	257.995	(46.988)	-	(3.836)	11.002	- 218.173
Obras em edifícios arrendados	45.230	(20.702)	39	(2.685)	(11.002)	- 10.880
Equipamento:						
Mobiliário e material	119.029	(76.247)	1.687	(9.420)	458	- 35.507
Máquinas e ferramentas	196.112	(116.334)	5.931	(23.099)	4.515	- 67.125
Equipamento informático	273.621	(193.824)	1.185	(32.968)	-	- 48.014
Instalações interiores	114.052	(84.234)	5.255	(11.221)	355	- 24.207
Material de transporte	116.193	(49.853)	780	(15.105)	(2.435)	(2.405) 56.847
Equipamento de segurança	46.754	(24.632)	-	(4.534)	403	- 17.991
Outro equipamento	3.803	(2.151)	33	(394)	153	(24) 1.468
	<u>1.172.789</u>	<u>(614.965)</u>	<u>14.910</u>	<u>(103.262)</u>	<u>3.449</u>	<u>(2.429) 480.212</u>
Imobilizado em curso	555.047	-	289.901	-	(3.449)	- 841.499
	<u>1.727.836</u>	<u>(614.965)</u>	<u>304.811</u>	<u>(103.262)</u>	<u>-</u>	<u>(2.429) 1.321.711</u>

2009						
	Saldos em 31-12-2008					Valor líquido em 2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Regularizações	Amortizações do exercício	
Imóveis	204.551	(43.723)	53.444	97	(3.362)	211.007
Obras em edifícios arrendados	35.341	(18.445)	9.889	-	(2.257)	24.528
Equipamento:						
Mobiliário e material	109.846	(67.311)	9.450	-	(9.203)	42.782
Máquinas e ferramentas	167.688	(94.152)	28.736	-	(22.494)	79.778
Equipamento informático	252.007	(154.645)	21.669	-	(39.234)	79.797
Instalações interiores	102.015	(73.300)	12.037	-	(10.934)	29.818
Material de transporte	79.131	(39.204)	39.912	-	(13.499)	66.340
Equipamento de segurança	38.134	(20.666)	8.620	-	(3.966)	22.122
Outro equipamento	3.941	(1.699)	42	-	(632)	1.652
	<u>992.654</u>	<u>(513.145)</u>	<u>183.799</u>	<u>97</u>	<u>(105.581)</u>	<u>557.824</u>
Imobilizado em curso	125.999	-	429.048	-	-	555.047
	<u>1.118.653</u>	<u>(513.145)</u>	<u>612.847</u>	<u>97</u>	<u>(105.581)</u>	<u>1.112.871</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Imobilizado em Curso” inclui mCve. 599.439 e mCve. 119.503, respectivamente, relativos a despesas com a construção da nova sede social na cidade da Praia e da nova sede regional na ilha da Boavista. Compreende igualmente valores relativos a obras em curso em agências, que a Caixa espera vir a concluir até ao final do ano de 2011.

## 10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				
	Saldos em 31-12-2009				Valor
	Valor	Amortizações		Amortizações	líquido
	bruto	acumuladas	Adições	do exercício	em 2010
Software	231.761	(185.035)	5.872	(31.344)	21.254
	2009				
	Saldos em 31-12-2008				Valor
	Valor	Amortizações		Amortizações	líquido
	bruto	acumuladas	Adições	do exercício	em 2009
Software	216.743	(134.147)	15.018	(50.888)	46.726

## 11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2010				2009					
			Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios
Novo Banco, S.A.	20,00%	60.000	60.000	n.d	n.d	n.d	n.d	-	-	-	-	-
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10.000	33.589	31-12-2010	619.157	62.390	367.361	34.816	31-12-2009	610.455	60.450	348.160
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	12.500	8.361	31-12-2009	188.445	(15.014)	46.820	8.660	n.d	n.d	n.d	n.d
			<u>82.500</u>		<u>101.950</u>			<u>43.476</u>				
n.d. - não disponível												

n.d. - não disponível

A Caixa classificou as participações na Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. e SISIP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL, como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da Imotur e da SISIP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Em Outubro de 2010, a Caixa subscreveu 20% do capital social do Novo Banco. Trata-se de um Banco com objectivos de financiamento às classes mais baixas da população, sobretudo através da concessão de micro-crédito ou através do financiamento de Organizações Não Governamentais (ONG's). O Novo Banco iniciou a sua actividade em Dezembro de 2010.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2010 e 2009 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Imotur	SISP	Novo Banco	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	8.660	28.571	-	37.231
Resultados em associadas	-	6.245	-	6.245
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>8.660</u>	<u>34.816</u>	<u>-</u>	<u>43.476</u>
Subscrição de capital do Novo Banco	-	-	60.000	60.000
Dividendos	-	(3.147)	-	(3.147)
Resultados em associadas	(299)	1.920	-	1.621
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>8.361</u>	<u>33.589</u>	<u>60.000</u>	<u>101.950</u>

## 12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	2010	2009
Activos por impostos correntes		
. Pagamentos por conta	9.582	10.107
Passivos por impostos correntes		
. Imposto imputado	(111.866)	(85.457)
	<u>(102.284)</u>	<u>(75.350)</u>
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	39.880	53.174
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(4.616)	(6.155)
	<u>35.264</u>	<u>47.019</u>

O detalhe e o movimento dos impostos diferidos nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010		
	Saldo em 31.12.2009	Variação em resultados	Saldo em 31.12.2010
Ajustamentos de conversão para as NIRF	47.019	(11.755)	35.264
	<u>47.019</u>	<u>(11.755)</u>	<u>35.264</u>
	2009		
	Saldo em 31.12.2008	Variação em resultados	Saldo em 31.12.2009
Ajustamentos de conversão para as NIRF	58.774	(11.755)	47.019
	<u>58.774</u>	<u>(11.755)</u>	<u>47.019</u>

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como se segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		502.563		404.865
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	128.154	25,5%	103.241
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(0,67%)	(3.363)	(0,77%)	(3.122)
. Outros	(0,65%)	(3.256)	(0,72%)	(2.907)
Encargos não aceites fiscalmente	0,42%	2.086	-	-
Imposto sobre lucro do exercício	24,60%	123.621	24,01%	97.212



Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação.

Em Agosto de 2009, a Caixa recebeu uma notificação pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. Durante o exercício de 2010, a liquidação adicional foi estipulada em mCve. 8.923, tendo a Caixa procedido à respectiva liquidação e utilizado a provisão que se encontrava constituída. O excesso de provisão no valor de mCve. 1.098 foi revertido no exercício (Nota 17).

Em Setembro de 2010, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 23.813 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009, a qual contestou. Com base na contestação apresentada foram feitas correcções pela DGCI ao valor de imposto apurado, tendo sido determinado um valor de imposto sobre o rendimento de mCve. 3.870, tendo a Caixa procedido à sua liquidação e utilizado a provisão constituída durante o exercício de 2010 (Nota 17).

Adicionalmente, em Dezembro de 2010, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 5.330 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento (Empresas não residentes e rendimentos prediais) relativo ao exercício de 2005, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos. A Caixa registou uma provisão de mCve. 119 referente apenas ao IUR – Rendimentos prediais (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Caixa tem registada uma provisão para contingências fiscais no valor de mCve 50.002 e mCve 59.904, respectivamente (Nota 17).

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2010.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Outros activos:</u>		
Bens arrematados	14.789	5.154
Numismática e medalhística	360	430
<u>Devedores:</u>		
Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	485.142	387.849
Fundo Micro-Crédito (Nota 18)	54.127	55.445
Devedores diversos	39.152	31.984
Devedores por remessas cambiais	25.761	26.818
Outros	25.725	26.124
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Seguros	3.479	2.769
Outros	368	2
Operações activas a regularizar	8.868	19.815
Outras operações a regularizar	-	3.398
	657.771	559.788
Imparidade de Outros Activos (Nota 17)	(26.459)	(2.732)
	<u>631.312</u>	<u>557.056</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os bens arrematados correspondem a imóveis recebidos em dação e apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

Ano de aquisição	2010			2009		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2007	1.924	(1.924)	-	1.924	(1.924)	-
2007	630	(315)	315	3.230	(808)	2.422
2010	12.235	(1.788)	10.447	-	-	-
	<u>14.789</u>	<u>(4.027)</u>	<u>10.762</u>	<u>5.154</u>	<u>(2.732)</u>	<u>2.422</u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, as valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 4.813 e mCve. 500, respectivamente.

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito à habitação, sendo calculadas de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pela Caixa desde o início de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Devedores – Fundo Micro Crédito” refere-se a créditos concedidos no âmbito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas. O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Devedores diversos” respeita a montantes a regularizar por operações realizadas pela Caixa através do serviço Western Union, os quais foram regularizados no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Devedores por remessas cambiais” refere-se a remessas de cheques sobre o estrangeiro, as quais foram regularizadas no início do exercício subsequente.

#### 14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica corresponde a um empréstimo *overnight* do Banco Central de Cabo Verde no montante de mCve. 250.000, reembolsado em 4 de Janeiro de 2010. Este empréstimo venceu juros a uma taxa de juro de 8,25%.

#### 15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem:		
De instituições de crédito no país	120.519	70.294
	<u>120.519</u>	<u>70.294</u>
Depósitos a prazo:		
De instituições de crédito no país	450.000	200.000
	<u>450.000</u>	<u>200.000</u>
Empréstimos obtidos:		
De organismos financeiros internacionais	485.066	582.938
	<u>485.066</u>	<u>582.938</u>
Juros:		
De depósitos	10.465	9.976
De empréstimos obtidos	1.343	3.163
	<u>11.809</u>	<u>13.139</u>
	<u>1.067.393</u>	<u>866.371</u>

Em 28 de Outubro de 2010, a Caixa contraiu junto do Banque et Caisse D’Espargne de L’Etat um financiamento no valor de 2.500.000 Euros (mCve. 275.893). Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa e tem data de vencimento em 28 de Janeiro de 2011.

Durante o exercício de 2005, a Caixa contraiu uma linha de crédito junto da International Finance

Corporation no montante de 5.000.000 de Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos, a partir de 15 de Março de 2006. Este empréstimo venceu juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa tinha esta linha utilizada em mCve. 110.265, tendo reembolsado o montante remanescente no exercício de 2010.

Em 14 de Outubro de 2005, a Caixa Económica de Cabo Verde, o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Caixa tinha esta linha utilizada em 1.896.998 Euros (mCve. 209.173) e 2.086.700 Euros (mCve. 230.090), respectivamente.

## 16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	4.308.937	3.966.296
Depósitos à vista:		
De residentes	9.572.374	7.880.733
De emigrantes	602.060	535.725
	10.174.434	8.416.458
Depósitos a prazo:		
De residentes	8.833.956	7.679.691
De emigrantes	8.125.577	7.355.304
	16.959.533	15.034.995
Outros recursos:		
Empréstimos obtidos de residentes	50.000	61.667
Cheques e ordens a pagar	10.734	16.692
Títulos cedidos com acordo de recompra (Notas 2.2 e) e 7))	8.350	259.934
	69.084	338.293
Juros:		
De depósitos	398.433	352.571
De empréstimos obtidos de residentes	639	787
De títulos cedidos com acordo de recompra	342	4.210
	399.414	357.568
	31.911.402	28.113.610

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes” corresponde a um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros a uma taxa fixa, a reembolsar em 15 prestações anuais, a partir de 21 de Agosto de 1998. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS, para aquisição de habitação própria.

## 17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	2010					
	Saldos em 31.12.2009	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transfe- rências	Saldos em 31.12.2010	Recuperações de imparidade
<u>Imparidade</u>						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1.485.102	507.118	(211.880)	(13.016)	1.767.324	(73.052)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	200	-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	2.732	11.361	(650)	13.016	26.459	-
	1.488.034	518.479	(212.530)	-	1.793.983	(73.052)
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	59.904	2.891	(12.793)	-	50.002	-
	1.547.938	521.370	(225.323)	-	1.843.985	(73.052)

	2009					
	Saldos em 31.12.2008	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transfe- rências	Saldos em 31.12.2009	Recuperações de imparidade
<u>Imparidade</u>						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1.227.654	368.211	(123.779)	13.016	1.485.102	(32.969)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	200	-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	2.156	966	(390)	-	2.732	-
	1.230.010	369.177	(124.169)	13.016	1.488.034	(32.969)
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	70.276	18.199	(15.555)	(13.016)	59.904	-
	1.300.286	387.376	(139.724)	-	1.547.938	(32.969)

**18. OUTROS PASSIVOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Recursos</u>		
Recursos consignados - Fundo Micro-Crédito (Nota 13)	54.127	55.445
Sector público administrativo - retenção de impostos na fonte	48.260	34.877
Outros	3.097	2.977
<u>Custos com pessoal:</u>		
Subsídio de férias	51.083	46.902
Prémio de produtividade (Nota 27)	27.225	25.602
<u>Outros custos administrativos:</u>		
Água, gás e electricidade	11.464	17.882
Comissões a pagar - Western Union	5.486	11.137
Comunicações	4.432	3.498
Encargos com ATM	-	9.774
Publicidade	-	499
Outros	28.383	24.794
<u>Receitas com proveito diferido:</u>		
De operações extrapatrimoniais	2.451	2.086
Outras contas de regularização	22.138	15.088
	<u>258.146</u>	<u>250.561</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outras contas de regularização – Outras” inclui mCve. 5.252 e mCve. 4.110, respectivamente, referentes a montantes pendentes de liquidação de empréstimos bonificados.

**19. CAPITAL**

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Na Assembleia Geral de 21 de Agosto de 2009 foi deliberado um aumento de capital da Caixa no montante de mCve. 1.044.000, através da emissão de 1.044.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a estrutura accionista da Caixa é a seguinte:

Entidade	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%	447.958	32,2%
Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A.	381.904	27,4%	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%	210.749	15,1%
Impar - Companhia Caboverdeana de Seguros	168.032	12,1%	157.682	11,3%
Outros subscritores e trabalhadores	183.357	13,2%	193.707	13,9%
	<u>1.392.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.392.000</u>	<u>100,00%</u>

**20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2010	2009
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	328.970	298.205
. Outras reservas	1.402.930	1.401.658
. Resultados transitados	(177.062)	(177.062)
	<u>1.554.838</u>	<u>1.522.801</u>
Lucro do exercício	<u>378.942</u>	<u>307.653</u>
	<u>1.933.780</u>	<u>1.830.454</u>

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

**21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2.114.908	1.902.834
Recuperação de juros anulados	215.112	100.590
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	80.478	93.231
Outros títulos de rendimento fixo	73.485	66.414
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	5.152	24.735
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.230	6.572
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	-	159
Outros juros e rendimentos similares	655	14.309
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	131.328	136.872
	<u>2.623.347</u>	<u>2.345.716</u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, os juros de Obrigações do Tesouro colocadas no mercado secundário ascenderam a mCve. 5.606 e mCve. 17.714, respectivamente (Nota 2.2 c)).

**22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos de poupança		
Cadernetas	64.852	104.070
Depósitos à ordem		
De emigrantes	7.727	6.659
De residentes	29	1.539
Depósitos a prazo		
De residentes	364.412	311.195
De emigrantes	330.256	309.229
Empréstimos		
De residentes	43.367	6.136
De não residentes	10.323	17.804
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	5.606	20.187
Juros anulados de crédito de clientes		
Crédito interno	23.248	-
Outros	1.171	336
	<u>850.990</u>	<u>777.155</u>

**23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Comissões Western Union	57.097	79.629
Comissões sobre operações cambiais	49.595	45.939
Garantias e avales prestados	19.233	22.257
Comissões de manutenção de contas	13.204	12.729
Créditos documentários	5.838	1.490
Comissões VISA	4.315	3.404
Outros serviços bancários prestados	11.789	14.508
Outras comissões	19.760	18.866
	<u>180.831</u>	<u>198.822</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Comissões sobre operações cambiais	(11.963)	(10.679)
Comissões VISA	(6.175)	(4.930)
Outras comissões e encargos	(21.710)	(10.621)
	<u>(39.848)</u>	<u>(26.230)</u>



**24. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	168.618	(78.488)	90.130	155.122	(77.379)	77.743
Resultados em notas e moedas	115.282	(76.717)	38.565	99.461	(73.078)	26.383
	<u>283.900</u>	<u>(155.205)</u>	<u>128.695</u>	<u>254.583</u>	<u>(150.457)</u>	<u>104.126</u>

**25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS**

Nos exercícios de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 2.757 e mCve. 905, respectivamente.

**26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Outros proveitos de exploração:</u>		
Prestação de serviços:		
Taxas de serviço	44.085	40.796
Cartões de crédito	3.301	11.115
Venda de cheques e cadernetas	8.106	7.545
Locação de imóveis (Nota 8)	128	149
Outros proveitos de exploração	13.365	10.608
	<u>68.985</u>	<u>70.213</u>
<u>Outros custos de exploração:</u>		
Outros impostos	(4.930)	(1.818)
Donativos	(4.911)	(1.922)
Quotizações	(77)	(334)
Outros	(3.775)	(13.091)
	<u>(13.693)</u>	<u>(17.165)</u>
	<u>55.292</u>	<u>53.048</u>

**27. CUSTOS COM PESSOAL**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Remunerações de empregados	387.247	356.400
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	25.570	28.060
Encargos sociais		
Previdência social	56.050	53.134
Despesas médicas	4.136	3.950
Outros	4.667	4.330
Prémios de produtividade (Nota 18)	27.225	25.602
Outros	14.809	11.998
	<u>519.704</u>	<u>483.474</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2010	2009
Administradores executivos	1	3
Direcção Geral e Coordenação	15	15
Gerência e chefias	34	29
Técnicos	71	61
Administrativos	124	121
Apoio Geral e auxiliar	18	22
	<u>263</u>	<u>251</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os números apresentados acima incluem 47 e 49 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

## 28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Serviços especializados	140.126	127.533
Encargos com ATM	96.977	81.324
Publicidade	55.937	88.135
Água, gás e electricidade	42.870	39.470
Deslocações, estadas e representação	38.484	39.652
Comunicações	31.910	45.634
Rendas e alugueres	18.319	18.686
Seguros	14.890	13.648
Conservação e reparação	11.968	8.277
Combustíveis	10.144	24.915
Encargos com formação do pessoal	8.216	6.238
Contencioso e notariado	470	390
Material informático	129	2.818
Outros	26.044	9.514
	<u>496.484</u>	<u>506.234</u>

## 29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	602.051	623.807
Créditos documentários abertos	96.060	413.050
	<u>698.111</u>	<u>1.036.857</u>
Depósito e guarda de valores	5.281.796	4.266.957
	<u>5.979.906</u>	<u>5.303.814</u>

### 30. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de “Negociação e Vendas” e “Banca Comercial”.

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a actividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2010		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	158.246	2.465.101	2.623.347
Juros e encargos similares	-	(850.990)	(850.990)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>158.246</b>	<b>1.614.111</b>	<b>1.772.357</b>
Rendimentos com serviços e comissões	-	180.831	180.831
Encargos com serviços e comissões	-	(39.848)	(39.848)
Resultados de reavaliação cambial	-	128.695	128.695
Resultados de alienação de outros activos	2.757	-	2.757
Outros resultados de exploração	55.292	-	55.292
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>216.295</b>	<b>1.883.789</b>	<b>2.100.084</b>
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	(448.318)	(448.318)
	<b>216.295</b>	<b>1.435.471</b>	<b>1.651.766</b>
Outros custos e proveitos			(1.272.824)
<b>Resultado líquido do exercício</b>			<b>378.942</b>
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	4.791.318	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	315.138	315.138
Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	998.372	171.586	1.169.958
Crédito a Clientes	3.791.949	26.284.215	30.076.164
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	1.067.393	1.067.393
Recursos de Clientes e outros empréstimos	50.000	31.861.402	31.911.402

	2009		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	152.118	2.093.008	2.245.126
Juros e encargos similares	-	(777.155)	(777.155)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>152.118</b>	<b>1.315.853</b>	<b>1.467.971</b>
Rendimentos com serviços e comissões	-	198.822	198.822
Encargos com serviços e comissões	-	(26.230)	(26.230)
Resultados de reavaliação cambial	-	104.126	104.126
Resultados de alienação de outros activos	905	-	905
Outros resultados de exploração	186.607	-	186.607
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>339.630</b>	<b>1.592.571</b>	<b>1.932.201</b>
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	(387.376)	(387.376)
	<b>339.630</b>	<b>1.205.195</b>	<b>1.544.825</b>
Outros custos e proveitos			(1.237.172)
<b>Resultado líquido do exercício</b>			<b>307.653</b>
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	5.219.191	5.219.191
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	-	694.123	694.123
Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.823	-	3.823
Aplicações em Instituições de Crédito	149.914	179.617	329.531
Crédito a Clientes	3.184.614	23.070.569	26.255.183
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	866.371	866.371
Recursos de Clientes e outros empréstimos	61.667	28.051.943	28.113.610

A totalidade da actividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

### 31. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus accionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2010			
	Accionistas			Associadas
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	
<b>Activos:</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1.000.000	-	-	-
Crédito a clientes	2.251.980	-	-	186.249
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	103.323
Outros activos	485.142	-	-	-
<b>Passivos:</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	255.819	252.795
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	6.908.114	-	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>				
Garantias recebidas	-	-	-	-
<b>Proveitos:</b>				
Juros e rendimentos similares	85.629	-	-	-
<b>Custos:</b>				
Juros e encargos similares	-	127.060	9.937	493

	2009			
	Accionistas			Associadas
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	IMPAR	
<b>Activos:</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	150.000	-	-	-
Crédito a clientes	1.979.250	-	-	60.500
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	43.476
Outros activos	387.849	-	-	-
<b>Passivos:</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	232.969	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	61.667	-	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>				
Garantias recebidas	-	-	-	47.387
<b>Proveitos:</b>				
Juros e rendimentos similares	117.966	-	-	303
<b>Custos:</b>				
Juros e encargos similares	-	6.136	9.937	-

#### Órgãos de gestão

Em 2010, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a mCve. 25.570 (mCve. 28.060 no exercício de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 1.616 e mCve. 1.942, respectivamente.

## 32. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adopção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise a posteriori dos indicadores de performance.

#### Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respectivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo caboverdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projecções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

		2010					
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activo:							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		4.791.318	-	-	-	-	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito		315.138	-	-	-	-	315.138
Aplicações em instituições de crédito		998.373	718	62.584	-	108.283	1.169.958
Crédito a clientes (saldo bruto)		1.253.676	872.308	3.569.386	9.134.961	11.898.369	30.076.164
		<u>7.358.505</u>	<u>873.026</u>	<u>3.631.970</u>	<u>9.134.961</u>	<u>12.006.652</u>	<u>36.352.578</u>
Passivo:							
Recursos de outras instituições de crédito		(796.411)	-	(50.000)	-	(209.173)	(1.067.393)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(17.698.370)	(2.575.524)	(10.368.510)	(848.789)	(10.000)	(31.911.402)
		<u>(18.494.781)</u>	<u>(2.575.524)</u>	<u>(10.418.510)</u>	<u>(848.789)</u>	<u>(219.173)</u>	<u>(32.978.795)</u>
Diferencial		<u>(11.136.276)</u>	<u>(1.702.498)</u>	<u>(6.786.540)</u>	<u>8.286.172</u>	<u>2.925.446</u>	<u>3.373.783</u>
		2009					
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activo:							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		5.219.191	-	-	-	-	5.219.191
Disponibilidades em outras instituições de crédito		694.123	-	-	-	-	694.123
Aplicações em instituições de crédito		180.651	4.299	36.259	-	108.225	329.531
Crédito a clientes (saldo bruto)		1.229.383	894.972	3.167.774	6.946.529	10.642.660	26.255.183
		<u>7.323.348</u>	<u>899.271</u>	<u>3.204.033</u>	<u>6.946.529</u>	<u>10.750.885</u>	<u>32.498.028</u>
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais		(250.000)	-	-	-	-	(250.000)
Recursos de outras instituições de crédito		(412.877)	-	(100.000)	(110.265)	(230.090)	(866.371)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(11.806.275)	(2.359.891)	(13.506.903)	(66.281)	-	(28.113.610)
		<u>(12.469.152)</u>	<u>(2.359.891)</u>	<u>(13.606.903)</u>	<u>(176.546)</u>	<u>(230.090)</u>	<u>(29.229.581)</u>
Diferencial		<u>(5.145.804)</u>	<u>(1.460.620)</u>	<u>(10.402.870)</u>	<u>6.769.983</u>	<u>10.520.795</u>	<u>3.268.047</u>

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um carácter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna “Indeterminado” inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido

#### **Risco de taxa de juro**

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adoptada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows activos e passivos assim como o correspondente *gap* de risco de taxa de juro.

#### **Risco de mercado**

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais, e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbios é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de Fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afectos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

#### **Risco de crédito**

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise colectiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações activas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspectiva prudencial.

**Exposição máxima a risco de crédito**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito da Caixa apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Aplicações em instituições de crédito	1.169.958	329.531
Crédito a clientes	28.308.840	24.770.081
	<u>29.478.798</u>	<u>25.099.612</u>
Garantias e avales	602.051	623.807
Créditos documentários abertos	96.060	413.050
	<u>698.111</u>	<u>1.036.857</u>
Exposição máxima	<u><u>30.176.909</u></u>	<u><u>26.136.469</u></u>

**Qualidade de crédito concedido a clientes**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	2010			Total
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	
<b>Empresas</b>				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.072.498	47.703	746.319	7.866.520
Vencido	10.227	21.009	287.129	318.365
	<u>7.082.725</u>	<u>68.712</u>	<u>1.033.448</u>	<u>8.184.885</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	593.899	19.006	2.714	615.619
<b>Retalho</b>				
Crédito à habitação				
Vincendo	8.027.763	312.301	1.007.311	9.347.375
Vencido	53	3.135	118.536	121.724
	<u>8.027.816</u>	<u>315.436</u>	<u>1.125.847</u>	<u>9.469.099</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	4.770.528	131.416	287.092	5.189.036
Vencido	-	12.334	176.615	188.949
	<u>4.770.528</u>	<u>143.750</u>	<u>463.707</u>	<u>5.377.985</u>
Pequenos negócios				
Vincendo	1.072.319	79.472	193.369	1.345.160
Vencido	12.620	4.727	111.858	129.205
	<u>1.084.939</u>	<u>84.199</u>	<u>305.227</u>	<u>1.474.365</u>
Outros créditos				
Vincendo	910.319	14.259	153.993	1.078.571
Vencido	640	3.159	51.870	55.669
	<u>910.959</u>	<u>17.418</u>	<u>205.863</u>	<u>1.134.240</u>
Garantias prestadas				
Vincendo	82.492	-	-	82.492
<b>Sector Público</b>				
Vincendo	783.862	-	-	783.862
Vencido	-	20	831	851
	<u>783.862</u>	<u>20</u>	<u>831</u>	<u>784.713</u>
Total crédito vincendo	<u>23.313.680</u>	<u>604.157</u>	<u>2.390.798</u>	<u>26.308.635</u>
Total crédito vencido	<u>23.540</u>	<u>44.384</u>	<u>746.839</u>	<u>814.763</u>
Total de crédito	<u><u>23.337.220</u></u>	<u><u>648.541</u></u>	<u><u>3.137.637</u></u>	<u><u>27.123.398</u></u>



2009				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
<b>Empresas</b>				
Crédito a empresas				
Vincendo	5.887.452	128.597	509.071	6.525.120
Vencido	13.465	5.958	259.715	279.138
	<u>5.900.917</u>	<u>134.555</u>	<u>768.786</u>	<u>6.804.258</u>
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	588.777	20.268	366.504	975.549
<b>Retalho</b>				
Crédito à habitação				
Vincendo	7.080.583	524.107	879.924	8.484.614
Vencido	-	3.322	102.028	105.350
	<u>7.080.583</u>	<u>527.429</u>	<u>981.952</u>	<u>8.589.964</u>
Crédito ao consumo				
Vincendo	4.140.553	273.197	265.570	4.679.320
Vencido	425	16.814	155.880	173.119
	<u>4.140.978</u>	<u>290.011</u>	<u>421.450</u>	<u>4.852.439</u>
Pequenos negócios				
Vincendo	1.007.164	80.571	132.268	1.220.003
Vencido	9.892	8.251	66.895	85.038
	<u>1.017.056</u>	<u>88.822</u>	<u>199.163</u>	<u>1.305.041</u>
Outros créditos				
Vincendo	747.912	11.760	214.670	974.342
Vencido	1.464	6.054	50.358	57.876
	<u>749.376</u>	<u>17.814</u>	<u>265.028</u>	<u>1.032.218</u>
Garantias prestadas				
Vincendo	61.308	-	-	61.308
<b>Sector Público</b>				
Vincendo	519.909	-	7.533	527.442
Vencido	-	831	47.335	48.166
	<u>519.909</u>	<u>831</u>	<u>54.868</u>	<u>575.608</u>
Total crédito vincendo	<u>20.033.658</u>	<u>1.038.500</u>	<u>2.375.540</u>	<u>23.447.698</u>
Total crédito vencido	<u>25.246</u>	<u>41.230</u>	<u>682.211</u>	<u>748.687</u>
Total de crédito	<u>20.058.904</u>	<u>1.079.730</u>	<u>3.057.751</u>	<u>24.196.385</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- “Créditos com incumprimento”
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante a Caixa foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 2.250.303, ascendendo a imparidade a mCve. 602.566. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2010	2009
Empresas	331.062	20.888
Particulares	151.664	52.273
	<u>482.726</u>	<u>73.161</u>

### Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

2010					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.791.318	4.791.318	-	-	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	315.138	315.138	-	-	315.138
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	1.169.958	1.169.958	-	-	1.169.958
Crédito a clientes	23.520.897	22.516.642	(1.004.255)	4.787.943	28.308.840
	<u>29.801.134</u>	<u>28.796.879</u>	<u>(1.004.255)</u>	<u>4.787.943</u>	<u>34.589.077</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.067.393)	(1.089.253)	(21.860)	-	(1.067.393)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(31.911.402)	(14.542.678)	17.368.724	-	(31.911.402)
	<u>(32.978.795)</u>	<u>(15.631.931)</u>	<u>17.346.864</u>	<u>-</u>	<u>(32.978.795)</u>
2009					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.219.191	5.219.191	-	-	5.219.191
Disponibilidades em outras instituições de crédito	694.123	694.123	-	-	694.123
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	329.531	329.531	-	-	329.531
Crédito a clientes	20.042.564	19.328.827	(713.737)	4.727.517	24.770.081
	<u>26.289.232</u>	<u>25.575.495</u>	<u>(713.737)</u>	<u>4.727.517</u>	<u>31.016.749</u>
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	250.000	250.000	-	-	250.000
Recursos de outras instituições de crédito	866.371	796.668	(69.703)	-	866.371
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.081.625	27.913.446	(168.179)	31.985	28.113.610
	<u>29.197.996</u>	<u>28.960.114</u>	<u>(237.882)</u>	<u>31.985</u>	<u>29.229.981</u>

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “SalDOS não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido da imparidade constituída.

#### **Análise de sensibilidade – Taxa de juro**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	506.406	246.675	125.430	(101.549)	(207.899)	(397.134)
Total activo sensível	506.406	246.675	125.430	(101.549)	(207.899)	(397.134)
Recursos de outras instituições de crédito	(21.361)	(11.148)	(6.311)	2.865	7.218	15.485
Total passivo sensível	(21.361)	(11.148)	(6.311)	2.865	7.218	15.485
Total Ganho / (Perda)	527.767	257.823	131.741	(104.414)	(215.117)	(412.619)

	2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	294.820	139.918	68.757	(62.451)	(123.046)	(235.534)
Total activo sensível	294.820	139.918	68.757	(62.451)	(123.046)	(235.534)
Recursos de outras instituições de crédito	(200.361)	(195.415)	(193.075)	188.639	186.536	182.542
Total passivo sensível	(200.361)	(195.415)	(193.075)	188.639	186.536	182.542
Total Ganho / (Perda)	495.181	335.333	261.832	(251.090)	(309.582)	(418.076)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projectação margem financeira					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício de 2010	(42.490)	(21.245)	(10.623)	10.623	21.245	42.490
Exercício de 2009	(38.822)	(19.411)	(9.705)	9.705	19.411	38.822

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCve. 18.794.767 e mCve. 16.715.148, respectivamente.

### Risco cambial

#### Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2010				
	Moeda				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.634.391	921.344	173.388	62.195	4.791.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	41.029	33.965	194.175	45.969	315.138
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	998.634	171.324	-	-	1.169.958
Crédito a clientes (saldo líquido)	27.867.771	441.068	1	-	28.308.840
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	101.950	-	-	-	101.950
Outros activos	605.552	20.899	3.790	1.071	631.312
	<u>33.249.327</u>	<u>1.592.423</u>	<u>371.354</u>	<u>109.235</u>	<u>35.322.339</u>
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(570.817)	(492.421)	(4.155)	-	(1.067.393)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(31.098.656)	(394.587)	(415.253)	(2.906)	(31.911.402)
Outros passivos	(257.923)	(219)	(4)	-	(258.146)
	<u>(31.927.396)</u>	<u>(887.227)</u>	<u>(419.412)</u>	<u>(2.906)</u>	<u>(33.236.941)</u>
Exposição líquida	<u>1.321.931</u>	<u>705.196</u>	<u>(48.058)</u>	<u>106.329</u>	<u>2.085.398</u>
	2009				
	Moeda				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.341.891	698.519	94.261	84.520	5.219.191
Disponibilidades em outras instituições de crédito	107.045	301.261	227.778	58.039	694.123
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	149.914	179.617	-	-	329.531
Crédito a clientes (saldo líquido)	24.290.781	479.295	5	-	24.770.081
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	43.476	-	-	-	43.476
Outros activos	530.207	24.010	2.620	219	557.056
	<u>29.463.314</u>	<u>1.686.525</u>	<u>324.664</u>	<u>142.778</u>	<u>31.617.281</u>
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	(250.000)	-	-	-	(250.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(279.584)	(582.938)	(3.849)	-	(866.371)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(27.330.739)	(460.466)	(317.745)	(4.660)	(28.113.610)
Outros passivos	(249.576)	(973)	(12)	-	(250.561)
	<u>(28.109.899)</u>	<u>(1.044.377)</u>	<u>(321.606)</u>	<u>(4.660)</u>	<u>(29.480.542)</u>
Exposição líquida	<u>1.353.415</u>	<u>642.148</u>	<u>3.058</u>	<u>138.118</u>	<u>2.136.739</u>

### 33. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro nos capitais próprios da Caixa em 31 de Dezembro de 2008 pode ser resumido como segue:

	Nota	
Saldos de acordo com o PCSB		<u>2.187.063</u>
<b>Impacto das normas adoptadas com referência a 1 de Janeiro de 2008</b>		
Imóveis e outros activos tangíveis	(a)	7.597
Activos intangíveis	(b)	-
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(b)	(205.199)
Impostos diferidos	(c)	58.774
Investimento em associadas	(d)	10.981
Imparidade de crédito a clientes	(e)	(52.953)
Outros		3.738
		<u>(177.062)</u>
<b>Saldos de acordo com NIRF - contas pró-forma</b>		<u><u>2.010.001</u></u>

Os ajustamentos de transição relativo a imóveis e outros activos tangíveis podem ser decompostos da seguinte forma:

	<u>31-12-2008</u>
Activos tangíveis	
Alteração da vida útil	7.597
Outros	41
	<u>7.638</u>
Propriedade de investimento	
Alteração da vida útil	101
	<u>7.739</u>

- a) De acordo com a IAS 16, a amortização dos activos tangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. A Caixa efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos tangíveis, nomeadamente edifícios de serviço próprio e edifícios arrendados, os quais passaram a ser capitalizados em 60 anos em detrimento de 25 anos e em 10 anos em detrimento de 3 anos, respectivamente, tendo as alterações sido efectuadas com efeito prospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2008.
- b) Conforme referido na Nota 2.2 n), de acordo com as NIRF a Caixa passou a diferir as comissões cobradas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado um levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2008, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido, que originou um impacto negativo em Resultados transitados.

- c) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Cabo Verde, a Caixa não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos no âmbito da Norma IAS 12, relativos aos ajustamentos de conversão para NIRF (Nota 12).
- d) Este impacto resulta da valorização das participações da Caixa na IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.R.L. e na SISP – Sociedade Interbancária de Sistema de Pagamentos, S.A.R.L., classificadas como investimentos em associadas, no âmbito da Norma IAS 28.
- e) Com a introdução das NIRF, a Caixa deixou de constituir provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 4/2006, de 13 de Novembro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 6/2007, passando a ser registada imparidade de acordo com as regras diferidas pela Norma IAS 39, que incluem entre outros aspectos, o registo de imparidade por análise colectiva e a obrigatoriedade de considerar o efeito temporal na determinação das expectativas de recuperação. O montante de imparidade apurado de acordo com a metodologia adoptada pela Caixa com referência à data de transição foi superior às provisões anteriormente registadas em mCve. 52.953.

### 34. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso BCV nº 3/2007 de 19 de Novembro “Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais”, a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso BCV nº 3/2007 define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo de do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- os Fundos Próprios de base determinadas a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes;
- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas as participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	Dividendos	Div./RL	Fundos próprios	Solvabilidade	Limite imobilizações
2010	208.800	55,0%	3.224.527	13,56%	227,10%
2009	275.616	89,6%	3.077.174	14,11%	266,11%









## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o disposto na alínea 1 do artigo 449º do Código das Empresas Comerciais, apresentamos o relatório sobre a acção fiscalizadora e o parecer sobre o relatório e contas apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

### Relatório

(1) No cumprimento do mandato que nos foi conferido, no âmbito das competências e deveres que nos estão atribuídos no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais, procedemos:

- ♦ à fiscalização da administração da sociedade;
- ♦ à vigilância da observação da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- ♦ à verificação da exactidão do balanço, da demonstração dos resultados e do correspondente anexo;
- ♦ à verificação da conformidade dos princípios contabilísticos adoptados e critérios valorimétricos utilizados;
- ♦ à apreciação do relatório de gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração e das propostas nele contidas.

(2) Para o desempenho das nossas funções usamos os poderes que nos são conferidos no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais, tendo:

- ♦ Apreciado o Relatório de auditoria externa emitido pela Deloitte & Associados, SROC, S.A. o qual mereceu a nossa concordância, ressaltando o diferendo entre a Direcção Geral do Tesouro e a Administração da CAIXA, relativamente a bonificação de juros por receber e que a CAIXA entende estar devidamente suportada;
- ♦ Obtido do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que solicitamos sobre os negócios, a actividade e a situação da sociedade, cuja colaboração cumpre agradecer.

(3) Em consequência da acção fiscalizadora desenvolvida e do exame ao Relato Financeiro e seus anexos concluímos que:

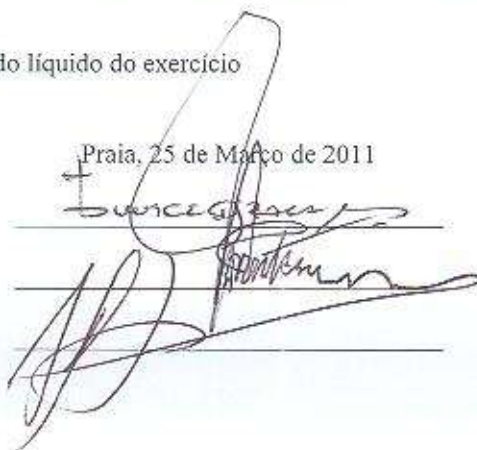
- Os actos da administração do nosso conhecimento se enquadram no objecto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- O balanço, a demonstração dos resultados, o fluxo de caixa e os anexos satisfazem as Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- O relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras, clarifica a actividade desenvolvida e a situação da sociedade.

### Parecer

(4) Nesta conformidade, somos de parecer que sejam aprovados:

- O relatório de gestão e as contas do exercício económico de 2010 apresentados pelo Conselho de Administração;
- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício

Praia, 25 de Março de 2011







## RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. ("Caixa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de mCve. 36.729.205 e capitais próprios de mCve. 3.325.780, incluindo um resultado líquido de mCve. 378.942, as Demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 34).

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.



**Ênfases**

5. Conforme descrito na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2010 a Caixa tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2004 no montante de mCve. 485.142 (mCve. 387.849 em 31 de Dezembro de 2009). No exercício de 2010, a Caixa recebeu da Direcção Geral do Tesouro o relatório preliminar de uma auditoria externa incidente sobre o regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com a Caixa relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questiona a elegibilidade de um conjunto de operações, para uma amostra de créditos bonificados concedidos desde 1994. A Caixa contestou as conclusões deste relatório, e segundo indicação da Direcção Geral do Tesouro os referidos valores de bonificações reclamadas não podem ser confirmados, dado aguardar-se a resolução do contraditório enviado pela Caixa. O Conselho de Administração da Caixa mantém o entendimento que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, pelo que considera as bonificações a receber integralmente recuperáveis.
6. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 são apresentadas para efeitos comparativos. O Relatório de Auditoria sobre as mesmas, datado de 31 de Maio de 2010, inclui ênfases sobre o assunto descrito no parágrafo 5 acima e sobre o impacto de adopção em 2009 das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 25 de Março de 2011



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira